



VINÍCIUS DO COUTO CARVALHO

**ECOTURISMO: PERCEPÇÕES E PRÁTICAS EM
MUNICÍPIOS COM DIFERENTES NÍVEIS DE
DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE**

**LAVRAS – MG
2018**

VINÍCIUS DO COUTO CARVALHO

**ECOTURISMO: PERCEPÇÕES E PRÁTICAS EM MUNICÍPIOS COM
DIFERENTES NÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE**

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras,
como parte das exigências do Programa de Pós-
Graduação em Engenharia Florestal, área de
concentração em Ciências Florestais, para a
obtenção do título de “Doutor”.

Prof. Dr. Marco Aurélio Leite Fontes
Orientador

Prof. Dr. Ferdinando Filetto
Coorientador

**LAVRAS – MG
2018**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Carvalho, Vinícius do Couto.

Ecoturismo : percepções e práticas em municípios com
diferentes níveis de desenvolvimento da atividade / Vinícius do
Couto Carvalho. - 2018.

99 p. : il.

Orientador(a): Marco Aurélio Leite Fontes.

Coorientador(a): Ferdinando Filetto.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Lavras, 2018.

Bibliografia.

1. Protagonismo social. 2. Conservação da natureza. 3. Políticas
públicas. I. Leite Fontes, Marco Aurélio. II. Filetto, Ferdinando. III.
Título.

VINÍCIUS DO COUTO CARVALHO

**ECOTURISMO: PERCEPÇÕES E PRÁTICAS EM MUNICÍPIOS COM
DIFERENTES NÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE**

**ECOTOURISM: PERCEPTIONS AND PRACTICES IN MUNICIPALITIES
WITH DIFFERENT DEVELOPMENT LEVELS OF THE ACTIVITY**

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras,
como parte das exigências do Programa de Pós-
Graduação em Engenharia Florestal, área de
concentração em Ciências Florestais, para a
obtenção do título de “Doutor”.

APROVADA em 5 de março de 2018.

Professora Dra. Sabrina Soares da Silva	AE/UFLA
Professora Dra. Rosângela Alves Tristão Borém	DBI/UFLA
Professora Dra. Maria Rachel Vitorino	DEF/UFLA
Professor Dr. Ferdinando Filetto	DZER/UFMT

Prof. Dr. Marco Aurélio Leite Fontes
Orientador

Prof. Dr. Ferdinando Filetto
Coorientador

**LAVRAS – MG
2018**

“Quando vemos a terra como uma comunidade à qual pertencemos, podemos começar a usá-la com amor e respeito” (ALDO LEOPOLD, 1949). Contudo, não existe amor e sim amar! Por isso, “mais do que nunca, é preciso conhecer e entender para conservar. Mas, para conservar, é preciso também amar” (FERNANDEZ, 2000). E ainda podemos, pois, “o mundo não é, o mundo está sendo” (FREIRE, 1996).

SUMÁRIO

CAPITULO 1	08
RESUMO GERAL.....	08
1 INTRODUÇÃO.....	09
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
3 CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	18
REFERÊNCIAS.....	19
CAPITULO 2- ARTIGO 1	23
1 INTRODUÇÃO.....	25
2 MATERIAIS E MÉTODOS.....	27
2.1 Área de estudo.....	27
2.2 Coleta de dados	28
2.3 Análise de dados.....	31
3 RESULTADOS	32
4 DISCUSSÃO.....	43
5 CONCLUSÃO.....	47
5 REFERÊNCIAS.....	49
CAPITULO 3 - ARTIGO 2	54
1 INTRODUÇÃO.....	56
2 MATERIAIS E MÉTODOS.....	58
2.1 Área de estudo.....	58
2.2 Expedições preliminares	60
2.3 Coleta de dados	61
2.4 Análise de dados.....	63
2.5 Validação dos resultados	63
3 RESULTADOS	64
3.1 Divulgação do destino ecoturístico.....	64

3.2	Percepção dos visitantes.....	65
3.2	Percepção da comunidade local	67
3.4	Reuniões para validação dos resultados	74
4	DISCUSSÃO.....	75
5	CONCLUSÃO	82
5	REFERÊNCIAS	84
	Apêndice A.....	93
	Apêndice B.....	96
	Apêndice C.....	98
	Apêndice D.....	99

CAPÍTULO 1

RESUMO GERAL

O presente trabalho foi elaborado com o objetivo de compreender as diferenças entre o envolvimento, a participação social e as percepções relacionadas às práticas ecoturísticas, mediante análise em municípios com diferentes níveis de desenvolvimento da referida atividade. Para tal, a tese se organiza em três capítulos, a saber: O capítulo I, o qual descreve as bases para os estudos propostos, por meio de referencial teórico acerca das premissas do ecoturismo. O capítulo II, estruturado na forma de artigo, analisa em que nível os indivíduos autóctones se relacionam com os ambientes naturais com potencial ecoturístico e como percebem a fase inicial de seu desenvolvimento, bem como discorre sobre a dinâmica do contato e vivência do espaço, a partir do olhar dos jovens, em um intervalo de nove anos. Para isso, fez-se uso da iconografia, com apresentação de dez fotografias de ambientes com potencial ecoturístico da localidade de Luminárias - MG, apresentadas, nos anos de 2007 e 2016, a estudantes do ensino médio, com posterior aplicação de um questionário semiestruturado. Empregou-se ainda a técnica de observação participante. Como resultado, notou-se que os ambientes naturais com potencial ecoturístico são reconhecidos em diferentes níveis e considerados como de alta atratividade, mas os indivíduos autóctones mantêm baixo envolvimento com seu uso turístico. E no capítulo III, também estruturado na forma de artigo, são analisadas as práticas ecoturísticas e ações pró-conservação da natureza associadas a estas, bem como identificados os atores sociais envolvidos nas mesmas, suas percepções e intervenções em um local com desenvolvimento consolidado da atividade. Assim, o município de Carrancas – MG, foi eleito como área de estudo. Para seleção dos atores sociais, utilizou-se a técnica de amostragem bola de neve. A coleta de dados se deu por meio da utilização de ferramentas metodológicas de Diagnóstico Rápido Participativo - DRP e a análise dos mesmos contou com abordagem qualitativa e quantitativa. Para validação do estudo, realizaram-se reuniões públicas com apresentação e discussão dos resultados captados na pesquisa, os quais contemplaram aspectos ligados à divulgação do destino ecoturístico, da percepção dos visitantes, da comunidade local e a avaliação dos resultados. A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Lavras, sob parecer nº: 2.085.412.

Palavras- chave: Ecoturismo. Protagonismo social. Socioambientalismo

ABSTRACT

The present work was developed aiming to understand the differences between the involvement, social participation and perceptions related to ecotourism practices, through analysis in municipalities with different levels of development of the referred activity. For this, the thesis is organized in three chapters, *videlicet*: Chapter I, which describes the bases for the proposed studies, by means of theoretical reference on the premises of ecotourism. Chapter II, structured as an article, analyzes the level at which autochthonous individuals relate to natural environments with ecotourism potential and how they perceive the initial phase of their development, as well as it discusses the dynamics of contact and livingness from the look of the young, in an interval of nine years. In order to do so, we made use of iconography, with the presentation of ten photographs of environments with ecotourism potential from Luminárias - MG, presented in 2007 and 2016 to high school students, with the application of a semi-structured questionnaire. The participant observation technique was also used. As a result, it was noted that natural environments with ecotourism potential are recognized at different levels and considered as highly attractive, but autochthonous individuals maintain low involvement with their touristic use. And chapter III, also structured as an article, analyzes the ecotourism practices and pro-conservation actions associated with these, as well as the social actors involved with them, their perceptions and interventions in a place where the development of the activity is considered consolidated. Thus, the municipality of Carrancas - MG, were chosen as the study area. To select the social actors, the sampling technique of snowball was used. Data were collected using Rapid Participatory Diagnostic (DRP) methodological tools, analyzed with qualitative and quantitative approach. To validate the study, public meetings were held with presentation and discussion of the results obtained in the research, which included aspects related to the dissemination of the ecotourism destination, the perception of the visitors, local community, and the evaluation of the results. The research was submitted and approved by the Ethics Committee of the Federal University of Lavras, under report n°: 2,085,412.

Keywords: Ecotourism. Social protagonism. Nature conservation.

1 INTRODUÇÃO

Durante anos, tem sido notada a dificuldade em tornar válida uma definição única a respeito do que é efetivamente ecoturismo, dado que diferentes pesquisadores e profissionais da área tenderam a concebê-la por sua própria teoria e prática. O que era tratado como turismo alternativo, turismo verde, turismo na natureza ou turismo ecológico, foi posteriormente conceituado pelas Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo no Brasil, como um segmento da atividade turística que utiliza o patrimônio natural e cultural de forma sustentável, incentivando sua conservação e buscando a formação de uma consciência ambiental e o bem-estar das populações envolvidas. É importante perceber que existem segmentos do turismo que implicam um contato intenso com o ambiente natural e, geralmente, são tratados como ecoturismo para fins comerciais, mesmo quando resultam na depredação e impactam negativamente o meio.

Segundo a *The International Ecotourism Society* - TIES, o conceito se refere a toda viagem responsável às áreas naturais que conservem o meio ambiente, sustentem o bem-estar da população local e envolvam interpretação e educação. Assim, o comprometimento e a participação das comunidades devem ser condição primordial na elaboração e execução em qualquer modelo ou plano de gestão. Portanto, é fundamental conhecer como a comunidade, os empresários do *trade* turístico (atividades comerciais ligadas direta ou indiretamente à atividade turística) e o poder público local se organizam, percebem e entendem o significado do ecoturismo em seus cotidianos. Neste sentido, buscou-se uma abordagem que privilegiasse o diálogo para resolução de problemas, e que levasse em consideração a cultura, os saberes, a dimensão política, o desejo de emancipação dos atores, bem como as expectativas de mudanças sociais, a fim de analisar as inferências acerca dos ambientes com

potencial ecoturístico e as estratégias pró-conservação da natureza aplicadas localmente.

Desta forma, em um primeiro momento, este estudo objetivou a análise do nível de envolvimento e as percepções dos autóctones acerca de seus ambientes com potencial ecoturístico, bem como da aceitação para implantação de suas práticas em um município cuja atividade está em estágio inicial de desenvolvimento. O município de Luminárias, em Minas Gerais, foi escolhido como área de estudo. Posteriormente, objetivou-se compreender e sistematizar os acontecimentos, as práticas e as diferenças nas intervenções deste fazer turístico em município onde seu desenvolvimento está consolidado e, do mesmo modo, identificar quem são os atores sociais, suas percepções e ações, a fim de elucidar quais são as influências promotoras de atitudes pró-conservação da natureza por meio do ecoturismo. Para tanto, utilizou-se o município de Carrancas, também em Minas Gerais.

A realização deste estudo pressupõe que as teorias existentes acerca do ecoturismo não norteiam o planejamento das práticas locais, o que promove entraves na gestão e manejo de áreas naturais e a não participação efetiva da população autóctone e que a proximidade entre homem e natureza por meio do ecoturismo, vem influenciando diferentes ações para conservação de áreas naturais, porém sem eficácia.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O ecoturismo é uma atividade turística que se baseia nas inter-relações entre homens e áreas naturais conservadas. O termo, de uso recente (a partir do final do século XX), possui conceito, princípios e definição ainda não consolidados.

A etimologia da palavra nos direciona para o entendimento: do prefixo eco-, do grego *oikos*, que quer dizer casa; o radical tur-, no hebraico antigo, significa retorno e o sufixo -ismo, que representa o deslocamento do homem. Ou seja, representa o retorno do homem às suas origens, ao entorno primitivo, cujas premissas apontam para a manutenção dos ecossistemas como essência total da vida orgânica na terra (ZACCHI, 2004).

O que é, onde deve ser praticado e como deve ser realmente planejado e vivenciado, ainda são questões a serem estudadas e discutidas, pois impactos positivos (AYLWARD et al., 1996; KIAGE; WOJNOWSKI, 2012; LAARMAN; PERDUE, 1989; TISDELL; WILSON, 2002) e negativos (CUNHA, 2010; IUCN, 2005; KUNIYAL; JAIN; SHANNIGRAHI, 1998; PICKERING; BUCKLEY, 2003; STEPHENSON, 1993) têm sido gerados, devido à crescente procura por experiências turísticas em áreas naturais relativamente intactas (ou assim percebidas), o que tornou o ecoturismo o segmento do mercado turístico internacional com os maiores índices de crescimento constante (DAVENPORT et al., 2002; HARTSHORN, 1995).

A existência ou não de planejamento e monitoramento das atividades de ecoturismo como fatores promotores de impactos (quadro 1) podem ser positivos para ambientes, economia e comunidades. Porém, podem também ser causadores de diversos impactos negativos irreversíveis.

Quadro 1 - Impactos positivos e negativos do ecoturismo em decorrência de planejamento e monitoramento ou inexistência desses.

ASPECTOS AMBIENTAIS	
Quando <u>bem</u> planejado e monitorado, gera diversos aspectos POSITIVOS	Quando <u>não</u> ocorre o devido monitoramento e planejamento, podem haver impactos NEGATIVOS
Destina recursos financeiros para a conservação e incentiva a recuperação	Alterações nos comportamentos, hábitos alimentares e na reprodução

de áreas degradadas	dos animais silvestres, pelo excesso de visitação e/ou presença de lixo
Estimula levantamentos de fauna e flora e incentiva a pesquisa científica	Mudanças numéricas nas populações silvestres
Promove a educação ambiental e maior consciência ambiental nas populações	Comércio ilegal de espécies silvestres e de artesanatos que utilizam órgãos, penas ou couro de animais
Viabiliza tecnologias ambientalmente sustentáveis	Poluição do ar, água, solo, sonora e visual
Estimula a implantação de infraestrutura básica, saúde, comunicação, segurança, educação e comércio	Abertura de estradas, trilhas e atalhos inadequados
Valoriza áreas naturais e cria condições de unir desenvolvimento e conservação	Compactação e erosão do solo
ASPECTOS ECONÔMICOS	
Quando <u>bem</u> planejado e monitorado, gera diversos aspectos POSITIVOS	Quando <u>não</u> ocorre o devido planejamento e monitoramento, podem haver impactos NEGATIVOS
Gera renda e emprega muita gente	Inflação
Pode utilizar a infraestrutura já existente	Na baixa temporada muita gente pode ficar sem emprego, as atividades dependem das estações do ano
Desenvolve-se com produtos locais	Pode haver prejuízos econômicos como consequência de boatos, problemas com doenças, mudanças no setor financeiro
Complementa outras atividades econômicas	A economia pode ficar dependente do ecoturismo como única fonte de renda
ASPECTOS SOCIOCULTURAIS	

Contribui para a educação	Gera antipatia pelo excesso de visitantes
Estimula o entendimento e a paz	Descaracterização da cultura local
Reduz barreiras entre as pessoas, em razão da etnia, cor, sexo, origem cultural, política ou religiosa	Desentendimentos entre a comunidade local e novos moradores
Reforça a conservação de heranças e tradições, valoriza a cultura local	Estimula aumento da criminalidade

Fonte: Adaptado de Amazônia/Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal - MMA/SCA/PROECOTUR, 2002.

Até o fim da década de 1980, o ecoturismo era tratado como turismo alternativo, turismo verde, turismo na natureza ou turismo ecológico e foi conceituado como:

A realização de uma viagem a áreas naturais que se encontram relativamente sem distúrbios ou contaminação, com o objetivo específico de estudar, admirar e desfrutar a paisagem juntamente com suas plantas e animais silvestres, assim como qualquer manifestação cultural (passada ou presente) que ocorra nestas áreas (CEBALLOS-LASCURÁIN, 1987, p.13).

Em 1992, no Congresso Mundial de Ecoturismo, em Belize, foi apresentada uma nova abordagem sobre este segmento do turismo, que passou a ser visto como uma atividade ativa, e se estabeleceu como:

Dedicado à apreciação da natureza em forma ativa, com o objetivo de conhecer e interpretar os valores naturais e culturais existentes, em estreita interação e integração com as comunidades locais e com o mínimo de impacto sobre os recursos, e ser base de apoio aos esforços dedicados à preservação e ao manejo das áreas naturais onde se desenvolvem as atividades ou naquelas cuja prioridade seja manutenção da biodiversidade (Magalhães, 2001, p. 17).

No Brasil, as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, documento elaborado pelo Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR, apresenta o ecoturismo como “um segmento da atividade turística que utiliza o patrimônio natural e cultural de forma sustentável, incentivando sua conservação e buscando a formação de uma consciência ambientalista e o bem-estar das populações envolvidas” (EMBRATUR, 1994, p. 19). Todavia, dentre os conceitos referentes aos segmentos do turismo, temos ainda aqueles cujas definições se aproximam ao apresentado para o conceito do ecoturismo, por causa da ligação intrínseca com o ambiente natural, o que gera confusão na literatura científica brasileira referente ao assunto.

Em 2002, na Declaração de Ecoturismo de Quebec, no Canadá, as organizações das Nações Unidas, se reuniram a fim de discutir o tema, cientes da variedade de interpretações dadas a ele, e incluíram todas as formas de turismo com base na natureza, em que a motivação principal dos turistas fosse a observação ou apreciação do meio ambiente, bem como das culturas tradicionais que prevalecem em áreas naturais. Tal proposição foi demasiado ampla, pois engloba atividades que estariam além do ecoturismo. É superficial rotular a definição do termo para designar somente indivíduos ou grupos que viajem sobre suas motivações ligadas ao natural e/ ou cultural. Seus princípios devem respeitar e harmonizar turismo, conservação e cultura. Assim, sua significação deve ter como ênfase, promoção mais para além de visitas à natureza, isto é, deve fundir importantes fatores ligados às preocupações de ordem ambiental, econômica, social e cultural, com o propósito de tornar-se uma alternativa viável para a sustentação destes fatores em seus locais de prática.

É importante perceber que existem segmentos do turismo, como turismo rural, turismo de aventura, turismo de sol e praia e turismo de pesca, que envolvem um contato intenso com o ambiente natural. Apesar das inúmeras

distinções estabelecidas entre eles, o que se observa é que, para fins comerciais, estas atividades costumam ser agrupadas por agentes de viagens sob a nomenclatura de ecoturismo, mesmo quando envolvem a depredação da fauna, flora, solo e recursos hídricos, os quais impactam negativamente o meio, por causa da perda de biodiversidade, fragmentação de vegetações e geração de resíduos.

Conceitualmente, pesquisadores identificam a proposição de Ceballos-Lascurain (1987) como uma das mais utilizadas (CHIUTSI, et al., 2011; CORIA; CALFUCURA, 2012; JACOBSON; ROBLES, 1992). Ao analisar definições existentes, Chiutsi et al. (2011) ainda sublinharam o fato de que, por mais satisfatória que seja essa noção de ecoturismo, ela é bastante centrada no turismo e, portanto, é insuficiente para caracterizar os impactos relativos aos aspectos culturais e no ambiente natural de acolhimento, além de negligenciar o fator financeiro.

Contudo, é notória a evolução teórica do ecoturismo com direcionamento para alguns pontos comuns, como respeito às comunidades locais, envolvimento econômico efetivo das mesmas, respeito às condições naturais e conservação da natureza, e a interação por meio de interpretação e educação ambiental, que garantem ao visitante a incorporação, em sua vida, da experiência vivida no local de sua visita, fator responsável pela conscientização a respeito da preservação do meio ambiente e dos patrimônios histórico, cultural e étnico.

Desta forma, pode-se dizer que as atividades de ecoturismo são aquelas que, ao procurar reduzir ao mínimo os impactos negativos sobre o ambiente natural e sociocultural, contribuem para a proteção de áreas naturais, geram benefícios econômicos para os grupos de moradores, organizações e autoridades locais, controlam áreas naturais com finalidades de conservação, fornecem oportunidades alternativas de emprego e renda para comunidades locais, e

conscientizam sobre a conservação de recursos naturais e culturais entre habitantes dos locais de acolhimento e seus visitantes. Neste sentido, temos o ecoturismo, em sua atual conceituação, dada pela *The International Ecotourism Society* - TIES (2015), como sendo a viagem a áreas naturais, de maneira responsável, que conserva o meio ambiente, sustenta o bem-estar da população local e envolve interpretação e educação.

Neste aspecto, consideram-se como locais ideais para prática de ecoturismo, as áreas naturais conservadas em propriedades privadas, desde que sejam manejadas com técnicas de mínimo impacto e com monitoramento das práticas, bem como as áreas naturais protegidas legalmente instituídas (as chamadas Unidades de Conservação, no Brasil), por estas deterem regras para usos, segundo o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza - SNUC, lei 9.985/2000 (BRASIL, 2000). Conforme Spinola (2006), as unidades de conservação têm se firmado como espaços legítimos para o exercício do ecoturismo nas últimas décadas. Isso ocorre pelo fato de concentrarem uma variedade de atrativos naturais relevantes, biomas e espécies animais preservadas, ao mesmo tempo em que são consideradas o *locus* de uma utilização sustentável da atividade, tendo em vista a existência de um aparato legal e administrativo que, ao menos teoricamente, assegura limites à sua utilização e gestão participativa.

Autores ressaltam ainda as singularidades ambientais e culturais como condições privilegiadas únicas, portanto, os atributos de um lugar devem ser entendidos pela população e apoiados pelo poder público e iniciativa privada na estruturação ecoturística (MARUJO; SANTOS, 2012; SIMÕES, 2013; VARGAS, 1998; VIOLIN; ALVES, 2017), pois, nem o espaço natural nem a história ou a memória cultural de um lugar podem ser duplicados. E, no planejamento territorial para o ecoturismo, espera-se que a participação efetiva da comunidade confira credibilidade ao processo, interatividade nas

manifestações do homem em seu ambiente e fidelidade na paisagem vivida e construída.

Outro ponto relevante destacado por Wagner (1995), é que o envolvimento e a participação das comunidades devem ser condições primordiais na elaboração e execução em qualquer modelo ou plano de gestão. As preocupações populares constituem uma salvaguarda contra as decisões apressadas do poder público e são um meio indispensável para promover a compreensão da população quanto à importância e os problemas enfrentados nas ações de conservação das áreas naturais, ambientes estes que têm ainda, para a comunidade local, significados, valores e identificações próprios (BRANDENBURG; CARROLL, 1995; BROOKS; WALLACE; WILLIAMS, 2006; GREIDER; GARKOVICH, 1994; WILLIAMS et al., 1992; WILLIAMS; PATTERSON, 1999).

Para Brandon (2002, p. 233), “o processo participativo auxilia as pessoas a adquirir um controle mais efetivo sobre a própria vida.” Mas, para uma participação ativa da comunidade nos processos de decisão, é necessária a manutenção de um monitoramento constante da atividade ecoturística, por meio do fomento permanente às pesquisas e divulgação dos resultados, de forma acessível a todos.

A conduta da comunidade local frente à implementação do ecoturismo, fato esquecido por alguns técnicos, é fator preponderante à garantia da sustentabilidade de suas práticas em um dado local (PIRES; ALCANTARINO, 2008). Acredita-se (DVORAK; BORRIE; WATSON, 2013; DVORAK; BROOKS, 2013; POMERANZ; NEEDHAM; KRUGER, 2013) que o reconhecimento das relações estabelecidas ao longo dos anos e os significados do território, podem fortalecer experiências e compromissos com o local, e que o entendimento das relações sociais, dos processos políticos, das atividades socioeconômicas e dos significados da atividade, são altamente aplicáveis ao

planejamento, gestão e conservação de áreas naturais, especialmente em planejamento participativo (HORÉLLI, 2002; MANZO; PERKINS, 2006) e gestão colaborativa (GRAY, 1985; SELIN, 2004).

3 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Estudos que fomentam o envolvimento local com o ecoturismo, a fim de privilegiar processos de planejamento, gestão permanente e participativa e o empoderamento das comunidades, são essenciais. Em decorrência de pesquisas e partilha de conhecimentos junto à coletividade, foram apresentadas e discutidas, em linguagem apropriada, as descobertas e sugestões que possibilitam maximizar os impactos positivos e minimizar o que for inapropriado à referida atividade.

Ainda neste trabalho, são apresentadas as convergências e divergências encontradas nos estudos, no que se refere aos municípios com diferentes níveis de desenvolvimento de práticas ecoturísticas (Apêndice A).

REFERÊNCIAS

- AYLWARD, B.; ALLEN, K.; ECHEVERRIA, J.; TOSI, J. Sustainable ecotourism in Costa Rica: The Monte Verde cloud forest preserve. **Biodiversity and Conservation**, v. 5, p. 315–343, 1996.
- BRANDENBURG, A. M.; CARROLL M. S. Your place or mine? The effect of place creation on environmental values and landscape meanings. **Society and Natural Resources**, v. 8, p. 381–398, 1995.
- BRANDON, K. Etapas básicas para incentivar a participação local em projetos de turismo voltado para a natureza. In: Lindberg, K.; Hawkins, D. E. (Org.). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 4 ed. São Paulo: Ed. SENAC, p. 223-252, 2002.
- BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 19 jul. 2000. Seção 1, p. 45-48.
- BROOKS, J. J.; WALLACE, G. N.; WILLIAMS, D. R. Place as relationship partner: an alternative metaphor for understanding the quality of visitor experience in a backcountry setting. **Leisure Sciences**, v. 28, p. 331-349, 2006.
- CEBALLOS-LASCURAIN, H. The future of “ecotourism”. **Mexico Journal**, p. 13–14, 1987.
- CHIUTSI, S.; MUKOROVERWA, M.; KARIGAMBE, P.; MUDZENGI, B. K. The theory and practice of ecotourism in Southern Africa. **Journal of Hospitality Management and Tourism**, v. 2, n. 2, p. 14-21, 2011.
- CORIA, J.; CALFUCURA, E. Ecotourism and the development of indigenous communities: The good, the bad, and the ugly. **Ecological Economics**, v. 73, p. 47-55, 2012.
- CUNHA, A. A. Negative effects of tourism in a Brazilian Atlantic Forest National Park. **Journal for Nature Conservation**. Elsevier, p. 291–295. 2010.
- DAVENPORT, L.; BROCKELMAN, W. Y.; WRIGHT, P. C.; RUF, K.; DEL VALLE, F. B. R. Ferramentas de ecoturismo para Parques. In: TERBORGH, J.; SCHAIK, C. V.; DAVENPORT, L.; RAO, M. (Eds.), **Tornando parques eficientes: Estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

DVORAK, R. G.; BORRIE, W. T.; WATSON A. E. Personal wilderness relationships: building on a transactional approach. **Environmental Management**, v. 52, p. 1518–1532, 2013.

DVORAK, R. G.; BROOKS, J. J. More connection and less prediction please: applying a relationship focus in protected area planning and management. **Journal of Park and Recreation Administration**, v. 31, p. 5–22. 2013.

EMBRATUR. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Brasília: Embratur, 1994.

GRAY, B. Conditions facilitating interorganizational collaboration. **Human Relations**, v. 38, n.10, p. 911-936, 1985.

GREIDER, T.; GARKOVICH, L. Landscapes: the social construction of nature and the environment. **Rural Sociology**, n. 59, v. 1, p. 1-24, 1994.

HARTSHORN, G. S. Ecological basis for sustainable development in tropical forests. **Annual Review of Ecology & Systematics**, n. 26, p. 155-175, 1995.

HORÉLLI, L. A methodology of participatory planning. In: BECHTEL, R. B. CHURCHMAN, A. (Eds.), **Handbook of environmental psychology**, New York: Wiley, 2002, p. 607-628.

IUCN. **Benefits beyond boundaries**. Proceedings of the Vth World Park Congress. IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge, UK. 2005.

JACOBSON, S. K.; ROBLES, R. Ecotourism, Sustainable Development, and Conservation Education: Development of a Tour Guide Training Program in Tortuguero, Costa Rica. **Environmental Management**, v. 16, n. 6, p. 701-713, 1992.

KIAGE, O.; WOJNOWSKI, D. The Potential of Turkana Indigenous Knowledge in Environmental Education and Ecotourism Promotion. Mawazo: **The Journal of the College of Humanities and Social Sciences**. Makerere University. Kampala, 2012.

KUNIYAL, J. C.; JAIN, A. P.; SHANNIGRAHI, A. P. Public involvement in solid waste management in Himalayan trails in and around the Valley of Flowers, India. **Resources, Conservation and Recycling**, n. 24, p. 299-322, 1998.

LAARMAN, J. G.; PERDUE, R. R. Tropical Science & Tourism. **Science**, n. 234, p. 29-30, 1989.

MAGALHÃES, G. W. **Pólos de ecoturismo: planejamento e gestão**. São Paulo: Terragraph, 2001.

MANZO, L. C.; PERKINS, D. D. Finding common ground: the importance of place attachment to community participation and planning. **Journal of Planning Literature**, v. 20, n. 4, p. 335-350, 2006.

MARUJO, N.; SANTOS, N. Turismo, Turistas e Paisagem. **Investigaciones Turísticas**, Espanha, n. 4, p.35-48, 2012.

PICKERING, C. M.; BUCKLEY, R. Swarming to the summit—Managing tourists at Mt. Kosciusko, Australia. **Mountain Research & Development**, n. 23, p. 230–233, 2003.

PIRES, E. V.; ALCANTARINO, M. D. A participação das comunidades autóctones no turismo e o capital social no processo de desenvolvimento local: um exame do Programa Turismo Solidário – MG. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 8, n 1, 2008.

POMERANZ, E. F.; NEEDHAM, M. D.; KRUGER, L. E. Stakeholder perceptions of indicators of tourism use and codes of conduct in a coastal protected area in Alaska. **Tourism in Marine Environments**, n. 9, p. 95-115, 2013.

SELIN, S. Natural resource partnerships: bridging practice and science. In: MANFREDO M. J.; VASKE, J. J.; BRUYERE, B. L.; FIELD, D. R.; BROWN, P. J. (Eds.), **Society and natural resources: a summary of knowledge**. Jefferson, MO: ed. Modern Litho, 2004, p. 137-146.

SIMÕES, P. F. P. F. A paisagem cultural do Buçaco: a singularidade de um território turístico e de lazer. **Cadernos de Geografia**, Coimbra, n. 32, p. 187-193, 2013.

SPINOLA, C. A. O ecoturismo, o desenvolvimento local e a conservação da natureza em espaços naturais protegidos: objetivos conflitantes? RDE - **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, BA, Ano VIII, n. 13, 2006.

STEPHENSON, J. L. The impacts of tourism on nature reserves in Madagascar: Perinet, a case study. **Environmental Conservation**, n. 20, p. 262–265, 1993.

TIES. The International Ecotourism Society. **TIES Announces Ecotourism Principles Revision**, 2015. Disponível em: <<https://www.ecotourism.org/what-is-ecotourism>>. Acesso em: 07/03/2016.

TISDELL, C.; WILSON, C. Ecotourism for the survival of sea turtles & other wildlife. **Biodiversity & Conservation**, n. 11, p. 1521–1538, 2002.

VARGAS, H. C. Turismo e valorização do lugar. **Turismo em Análise**, v.9, n.1, 1998

VIOLIN, F. L.; ALVES, G. L. Da pesca ao natural: trajetória do turismo em Mato Grosso do Sul (1970 a 2015). **Sustentabilidade em Debate** - Brasília, v. 8, n. 2, p. 130-146, 2017.

WAGNER, W. Descrição, explicação e método na pesquisa das representações sociais. In: GUARESCHI, P. A., JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 8ª edição. Petrópolis-RJ: ed. Vozes, p. 149-186, 1995.

WILLIAMS, D. R.; PATTERSON, M. E. Environmental psychology: mapping landscape meanings for ecosystem management. In CORDELL, H. K.; BERGSTROM, J. C. (Eds.), **Integrating social sciences and ecosystem management: Human dimensions in assessment, policy and management**. Champaign, IL: Sagamore, 1999, p. 141-160.

WILLIAMS, D. R.; PATTERSON, M. E.; ROGGENBUCK, J. W.; WATSON, A. E. Beyond the commodity metaphor: examining emotional and symbolic attachment to place. **Leisure Sciences**, n.14, p. 29-46, 1992.

ZACCHI, G. P. Turismo ecológico e ecoturismo: diferenças e princípios éticos. **Diálogos & Ciência**- Revista Eletrônica da Faculdade de Tecnologia e Ciências de Feira de Santana. Ano II, n. 4, 2004.

CAPÍTULO 2- ARTIGO 1

A PERCEPÇÃO AUTÓCTONE SOBRE OS AMBIENTES NATURAIS COM POTENCIAL ECOTURÍSTICO: DINÂMICA E CONSEQUÊNCIAS

Vinícius do Couto Carvalho¹; Cléber Rodrigo de Souza¹; Rayssa Martins de Sousa¹; Marco Aurélio Leite Fontes¹.

¹Departamento de Ciências Florestais, Universidade Federal de Lavras - UFLA, Lavras - MG.

RESUMO

O ecoturismo é considerado uma atividade de baixo impacto ecossistêmico, geradora de benefícios sociais e que depende da existência de atrativos ambientais. Mas como os indivíduos autóctones percebem essa atividade e como eles se relacionam com suas áreas naturais? O objetivo deste estudo foi analisar em que nível estes sujeitos se envolvem com os territórios com potencial ecoturístico e como os percebem, em uma localidade onde as referidas práticas se encontram em fase inicial de desenvolvimento. Igualmente, buscou-se compreender a dinâmica desta relação e percepção a partir do olhar dos jovens, em dois períodos, com intervalo de nove anos. Utilizou-se da iconografia, por meio da apresentação de dez fotografias de ambientes propícios a este tipo de turismo, na localidade de Luminárias, Minas Gerais - Brasil, as quais foram mostradas a estudantes do ensino médio, com posterior aplicação de um questionário semiestruturado, nos anos de 2007 e 2016. Empregou-se ainda a técnica de observação participante. Como resultado, os ambientes naturais com potencial ecoturístico foram reconhecidos em diferentes níveis e considerados como de alta atratividade, contudo, verificou-se pouco vínculo entre os autóctones e o uso turístico dos espaços abrangidos por este trabalho. Preocupantemente, o entendimento conceitual do ecoturismo e seus benefícios socioambientais reduziram consideravelmente em nove anos. Recomenda-se, portanto, que políticas públicas sejam elaboradas e implementadas, a fim de aproximar a população das atividades ecoturísticas, com vistas a promover o respeito aos ambientes visitados e a inserção participativa dessas práticas no município, bem como o protagonismo e empoderamento da comunidade local. Os resultados demonstraram ainda, que na dificuldade de uma mobilização contínua capaz de alcançar a população, o espaço escolar surge como facilitador do processo de conscientização e inserção social no planejamento do ecoturismo.

Palavras-chave: Ecoturismo. Protagonismo social. Socioambientalismo.

ABSTRACT

Ecotourism is considered an activity with low ecosystemic impact, which generates social benefits and depends on the existence of environmental attractions. But how do autochthonous individuals perceive this activity and how do they relate it to their natural areas? The aim of this study was to analyze at what level these subjects are involved with territories with ecotourism potential, and how they perceive them in a locality where these practices are in the initial phase of development. Likewise, we sought to understand the dynamics of this relationship and perception from the perspective of young people, in two periods, with a nine-years interval. It was used the iconography, through the presentation of ten photographs of suitable environments for this type of tourism, sited in Luminárias, Minas Gerais - Brazil, which were shown, in the years 2007 and 2016, to high school students, followed by the application of a semi-structured questionnaire. The participant observation technique was also used. As a result, natural environments with ecotourism potential were recognized at different levels and considered as highly attractive, however, there was little nexus between autochthons and the touristous uses on the spaces covered by this work. Worryingly, the conceptual understanding of ecotourism and its socio-environmental benefits were considerably reduced in nine years. Therefore, it is recommended the development and implement of public policies to bring the population closer to the ecotourism activities, in order to promote the respect for the visited environments and the participatory insertion of these practices in the municipality, as well as the protagonism and empowerment of the local community. The results also demonstrated that in the difficulty of a continuous mobilization, capable of reaching the population, the school space emerges as a facilitator of the process of social awareness and insertion in ecotourism planning.

Keywords: Ecotourism. Social protagonism. Socio-environmentalism.

1 INTRODUÇÃO

O ecoturismo é uma atividade comprometida com um baixo impacto no meio e na cultura local, e que ajuda a gerar renda e emprego para os habitantes das áreas onde ele se desenvolve (OTHMAN; ANWAR; KIAN, 2010). Neste sentido, Ramos e Oliveira (2008) apontam que esta modalidade do turismo proporciona diversas oportunidades que contribuem para que os indivíduos se envolvam e compreendam a importância dos ambientes naturais, por meio da visitação. Mas como esses sujeitos percebem a atividade do ecoturismo? Como se relacionam com suas áreas naturais? Não se encontra na literatura científica, dados que descrevam e discutam a atividade de visitação a ambientes naturais na percepção dos moradores locais, limitando-se, principalmente, às análises de comportamento.

A percepção é a organização, identificação e interpretação da informação sensorial, utilizadas para representar e compreender o ambiente (SCHACTER; GILBERT; WEGNER, 2011). Assim, os estudos da percepção acerca do ecoturismo se contrapõem à visão determinista, face à análise sistêmica dos componentes interligados (homem – natureza – cultura), que têm os valores e representações mentais da humanidade, seja do ponto de vista do indivíduo, seja do ponto de vista dos grupos sociais, como suporte teórico e filosófico (AMORIM, 1987). Por esse motivo, a percepção do ambiente apresenta conjuntos de informações que são vistas e sentidas no envolvimento do homem com o ambiente.

Autores ressaltam as singularidades ambientais e culturais como condições privilegiadas únicas, portanto, os atributos de um lugar devem ser entendidos pela população e apoiados pelo poder público e iniciativa privada na estruturação ecoturística (MARUJO; SANTOS, 2012; SIMÕES, 2013; VARGAS, 1998; VIOLIN; ALVES, 2017), dado que, nem o espaço natural nem

a história construída em um determinado local podem ser duplicados. Em um mesmo sentido, no planejamento territorial para o ecoturismo, espera-se que a participação efetiva da comunidade confira credibilidade ao processo, interatividade nas manifestações do homem em seu ambiente e fidelidade na paisagem vivida e construída.

A percepção e, portanto as pesquisas, variam de acordo com as características econômicas, sociais, ambientais, históricas, educacionais, entre outras, de um determinado território geopolítico. Nos países desenvolvidos, estudos exploram o papel e os determinantes da percepção/preocupação ambiental, definidos pela forma como um indivíduo percebe ou avalia questões relativas ao meio (KEMPTON; BOSTER; HARTLEY, 1995). Em regiões menos desenvolvidas, a literatura investiga principalmente os fatores sociodemográficos, culturais e geográficos associados à preocupação e experiência direta de degradação ambiental (HUNTER; STRIFE; TWINE, 2010).

Os valores e as percepções ambientais são precursores significativos para o comportamento ambiental (PAUW; PETEGEM, 2011). E, a presença de ambientes naturais com interesse para visitação ecoturística permite o desenvolvimento de estudos que caracterizem os níveis de envolvimento e percepções de questões ligadas aos ambientes naturais, à gestão local participativa, além de embasar ações destinadas à efetiva participação da sociedade civil em suas atividades. Assim, o presente estudo teve por objetivo, analisar em que nível os indivíduos autóctones se envolvem com os ambientes naturais com potencial ecoturístico, como os percebem em uma localidade em fase inicial de desenvolvimento de práticas ecoturísticas, e a dinâmica desse envolvimento e percepção, a partir do olhar dos jovens, em dois períodos com intervalo de nove anos.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 Área de estudo

O estudo foi realizado no município de Luminárias, Minas Gerais - Brasil, escolhido por apresentar práticas ecoturísticas em fase inicial de desenvolvimento. O mesmo está situado na macrorregião Sul de Minas Gerais e se insere em um local de grande atratividade para a atividade acima citada. Se situa entre os municípios de Carrancas e São Thomé das Letras, que apresentam alta demanda por este tipo de turismo. Devido à sua localização e características naturais, Luminárias encontra-se inserida no Circuito Turístico Vale Verde e Quedas D'água, juntamente com os municípios de Bom Sucesso, Coqueiral, Ijaci, Ingaí, Itumirim, Lavras, Nepomuceno, Perdões, São Bento Abade, São Thomé das Letras, Três Pontas e Varginha (SETUR, 2015).

Luminárias possui 5.572 habitantes (IBGE, 2017), dos quais 4.166 residem na área urbana, um total de 75% da população. As atividades econômicas importantes, tanto na participação do PIB municipal quanto no fornecimento de empregos formais, são a agropecuária e a extração mineral de pedras decorativas, enquanto o ecoturismo e o turismo de aventura ainda se encontram em estágio incipiente de desenvolvimento (FIGUEIREDO et al., 2011).

A cidade está a 943 metros de altitude, e tem seu ponto mais alto a 1.444 metros. Além de possuir importante patrimônio histórico-cultural e gastronomia peculiar (CARVALHO; SILVA; OLIVEIRA, 2007), é rodeada por serras e escarpas, onde se encontram cachoeiras de até 30 metros de altura, cavernas, lagos e rios que se afinilam e serpenteiam entre as pedras. Sua extensão territorial é de 498 km² e está à 303 km de Belo Horizonte, 388 km de São Paulo e 36 km de Lavras.

O clima é tropical de altitude (Cwb de Köppen), com uma precipitação anual de 1.594 milímetros, enquanto a temperatura média anual equivale a 17,8° C (ALVARES et al., 2013). Sua vegetação predominante são as Florestas Estacionais Semidecíduais (RODRIGUES et al., 2007) e as formações campestres e savânicas naturais se encontram como manchas, localizadas nas porções íngremes ou de elevada altitude das serras, preservadas devido às dificuldades de acesso. Contudo, o município não apresenta nenhuma área protegida com status de unidade de conservação legalmente instituída.

2.2 Coleta de dados

Utilizou-se da iconografia (apresentação de imagens) e do método de aplicação de questionário semiestruturado (Apêndice B). A pesquisa foi executada em dois anos distintos, 2007 e 2016, e visou verificar o nível e as mudanças no envolvimento e percepções acerca de ambientes naturais com potencial ecoturístico nos dois períodos. Os questionários foram aplicados para um público amostral, composto por estudantes das turmas do ensino médio da Escola Estadual Professor Fábregas, com o intuito de garantir uma expressiva resposta de indivíduos com vínculos e formação de identidade local. Para tanto, as mesmas imagens foram apresentadas em ambas as ocasiões, assim como os mesmos questionários foram aplicados.

O anfiteatro da escola acomodou os estudantes das turmas do ensino médio, para que os mesmos fossem orientados quanto aos propósitos da pesquisa. Em seguida, houve a distribuição e aplicação dos questionários. Com o propósito de auxiliar nas respostas, por meio de equipamento de projeção visual, dez imagens fotográficas (Apêndice C) referentes a ambientes naturais já reconhecidos localmente e amplamente divulgados em estabelecimentos comerciais e de serviços (supermercados, restaurantes, padarias, entre outros) do

município, além de redes sociais e sites, foram projetados. As imagens foram exibidas sequencialmente e cada uma ficou exposta durante o tempo necessário para que todos respondessem às questões do questionário semiestruturado. Os ambientes selecionados (Quadro 1) contemplaram locais em diferentes distâncias da área urbana, incluindo uma formação rochosa natural já inexistente.

Quadro 1 - Locais selecionados para estudo do nível de envolvimento e percepção de ambientes naturais de potencial ecoturístico em Luminárias, estado de Minas Gerais, Brasil, cujas imagens foram mostradas.

Ambiente de potencial ecoturístico	Sigla	Descrição do ambiente	Distância da área urbana (km)
1 - Ribeirão da Ponte	RP	Pequena corredeira com um grande poço para banho. Encontra-se à margem da estrada de ligação entre Luminárias e Carrancas.	3
2 - Portal de Pedra	PP	Formação rochosa natural com aproximadamente quatro metros de altura, constituída por um bloco sustentado sobre duas colunas. A mesma foi destruída por intempéries no ano 2000, restando apenas uma coluna inteira e parte de outra, não mais formando um portal.	3 (atualmente inexistente)
3 - Poço do Moinho	PM	Corredeira com pequeno poço para banho, que se encontra à margem da estrada de ligação entre Luminárias e Carrancas.	1
4 - Pico do Cruzeiro	PC	Formação que lembra uma pequena chapada e que se encontra na estrada de acesso para a Cachoeira da Serra Grande.	10
5 - Cachoeira da Serra Grande	CS	Queda d'água de aproximadamente dez metros de altura, com poço para banho.	14

6 - Cânion do Inferno	CI	Afunilamento natural do rio Ingaí, com paredões rochosos laterais de aproximadamente 15 metros de altura.	13
7 - Caverna da Serra Grande	CVS	Gruta de formação quartzítica, com 230 metros de comprimento.	14
8 - Cachoeira da Pedra Furada	PF	Queda d'água de cinco metros de altura, que passa por uma cavidade natural formada pela força das águas na rocha e possui dois poços para banho.	12
9 - Cachoeira do Mandembe	CM	Queda d'água que se destaca em um complexo de três cachoeiras, por sua água cristalina e pela piscina natural que forma por entre suas pedras.	7
10 - Cachoeira da Nêga	CN	Queda d'água de aproximadamente seis metros de altura, localizada no interior de uma mata fechada.	5

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

O questionário foi composto de questões relativas ao perfil dos entrevistados (idade, gênero e local de moradia - área urbana ou rural) e de perguntas referentes às variáveis de envolvimento e percepção dos ambientes, do entendimento sobre ecoturismo e sua prática no município. As questões apresentadas foram: 1- Você reconhece este local? 2- Qual o nome deste local? 3- Quantas vezes você já foi a este local? 4- Você considera que este local é um atrativo ecoturístico? 5- Este local é bem conservado? 6- Você conhece outro local interessante para visitação ecoturística? 7- Para voc e, o que   ecoturismo? 8- O que voc e acha da prática do ecoturismo no seu município?

A técnica de observa o participante (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2016) foi empregada, junto   comunidade, em visita es aos atrativos naturais com potencial ecoturístico e em conversas com responsáveis por estruturas administrativas do poder público local e integrantes da comunidade

em geral, com a finalidade de obter maiores informações que corroborassem para compreensão do contexto regional.

2.3 Análise de dados

Para mensurar o envolvimento autóctone com os ambientes naturais com potencial ecoturístico e a percepção sobre os mesmos, foi realizada uma Análise de Componentes Principais - PCA (JOLLIFFE; CADIMA, 2016), formulada a partir das questões apresentadas nos questionários, como variáveis de análise. O modo como os ambientes se relacionaram foi avaliado, ou seja, como se diferenciaram ou se assemelharam entre si, de acordo com as respostas e as possíveis modificações dessas similaridades (ou dissimilaridades) no tempo.

A análise de variação temporal de cada local se deu por meio da ordenação por Procrustes (MARDIA; KENT; BIBBY, 1979), com o objetivo de sintetizar as mudanças nas percepções relativas a cada ambiente. Para dimensionar a área, foi utilizada a distância euclidiana e o Escalonamento Multidimensional Não Métrico - NMDS (MINCHIN, 1987), como método de ordenação multivariada. Assim, avaliou-se a variação temporal dos ambientes, que pôde ser visualizada a partir do comprimento modular dos vetores. As análises foram realizadas no programa R Studio version 3.3.1 (2016), com uso do pacote Vegan (OKSANEN et al., 2017). Os dados foram, ainda, analisados quanto ao perfil dos entrevistados e os valores percentuais relativos a todas variáveis isoladamente, a fim de esclarecer o nível de envolvimento e as percepções do público amostral sobre cada ambiente separadamente, bem como as variações ocorridas nos dois períodos amostrados.

3 RESULTADOS

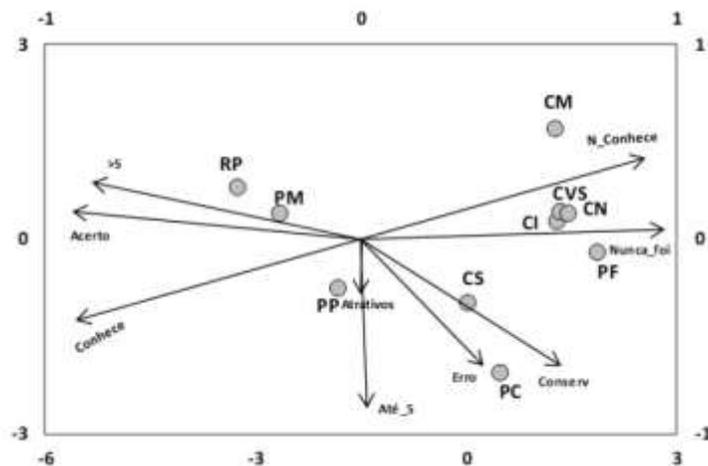
No ano de 2007, a amostragem foi de 72 entrevistados. Destes, 23% eram do sexo masculino e 77% feminino. Quanto à moradia, constatou-se que a maioria (79%) habitava a zona urbana e o restante, a zona rural. Já em 2016, 149 entrevistados participaram da pesquisa. 38% eram do sexo masculino e 62% do feminino. Para 85%, a cidade era a área de moradia. Em ambas as ocasiões, a faixa etária do público amostral foi de 15 a 18 anos.

A PCA, para os dados de 2007 (Figura 1-A), ordenou os ambientes com potencial ecoturístico principalmente em relação ao eixo 1, apresentando pontos à esquerda associados a elevado reconhecimento, acerto do nome atribuído ao ambiente e frequência de visitação, sendo estes, RP, PM e PP; e um agregado à direita, relacionado ao baixo reconhecimento e baixa visitação para CM, CVS, CI, CN e PF, tendo ainda ambientes relacionados à elevada conservação e indicação errônea do nome, como CS e PC. Em 2016 (Figura 1-B) houve alterações nas posições relativas de alguns ambientes e nas suas relações com as variáveis de percepção. No eixo 1, formou-se um gradiente de pontos em função do reconhecimento, acerto e frequência de visitação, que foi do PM (mais reconhecido, mais apontado corretamente e mais visitado) à CN (menos reconhecida e pouco visitada). No eixo 2, ocorreu uma separação em função da atratividade, conservação e frequência de visitação, formando um agregado superior positivamente correlacionado com PC, CS, PF e CM e um agregado inferior com CN, CVS, CI, PP, PM e RP.

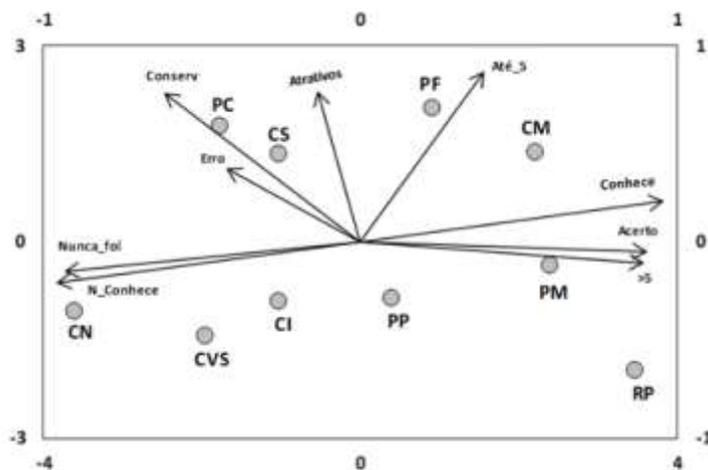
Os resultados demonstraram que o reconhecimento dos ambientes, a indicação correta de seu nome, sua atratividade e estado de conservação estão diretamente ligados às frequências de visitação realizada em cada um dos ambientes analisados.

Figura 1: Análise de Componentes Principais (PCA) das variáveis dos anos de (A) 2007 e (B) 2016, a respeito do nível de envolvimento e percepção de ambientes naturais de potencial ecoturístico em Luminárias, estado de Minas Gerais, Brasil.

A



B

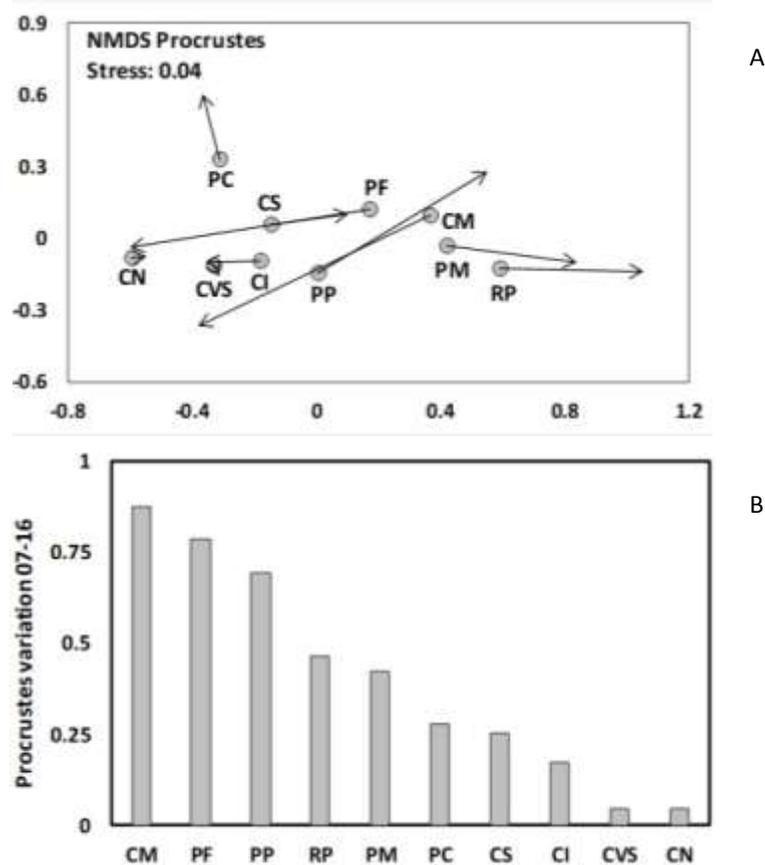


Nota: Visitado mais que cinco vezes (>5), Indicação correta do nome atribuído ao atrativo (Acerto), Reconhece o atrativo (Conhece), Visitado até cinco vezes (Até_5), Indicação errônea do nome atribuído ao atrativo (Erro), Atratividade do ambiente (Atrativos), Nível de conservação (Conserv), Nunca visitou o atrativo (Nunca_foi), Não reconhece o atrativo (N_conhece), Ribeirão da Ponte (RP), Portal de Pedra (PP), Poço do Moinho (PM), Pico do Cruzeiro (PC), Cachoeira da Serra Grande (CS), Cânion do Inferno (CI), Caverna da Serra Grande (CVS), Cachoeira da Pedra Furada (PF), Cachoeira do Mandembe (CM) e Cachoeira da Nêga (CN).

Com o passar dos anos, os ambientes que mais modificaram suas posições foram CM, que passou a ser muito reconhecida e visitada; e PF, que se tornou mais frequentemente visitada, porém, ambos estiveram menos associados à conservação, em 2016. Os resultados apresentados no diagrama obtido na ordenação por Procrustes (Figura 2-A) e no tamanho relativo dos vetores modulares temporais de cada ambiente com potencial ecoturístico (Figura 2-B), reforçam os resultados apresentados na PCA com os ambientes CM e PF acrescidos do PP como os de maiores modificações. Os ambientes PP e CM apresentaram direções opostas de variação e se modificaram para sentidos opostos quanto às variáveis, tendo como mais relevante, a diferença nas frequências de visitação, sendo que a PP se apresenta como ambiente menos visitado, por ser inexistente desde 2000, razão da queda no nível de reconhecimento. Porém, o acerto na indicação de seu nome se manteve elevado, demonstrando o seu não esquecimento.

Já, o crescimento expressivo no reconhecimento, indicação assertiva e frequência de visitação da PF e CM, em 2016, aconteceu em decorrência das melhorias na estruturação de seus acessos, pela manutenção das estradas de terra, como verificado na observação participante.

Figura 2: Ordenação por PROCUSTES, utilizando Escalonamento Multidimensional Não Métrico como método de ordenação (A) e Comprimentos modulares dos vetores de variação temporal de cada ambiente (B), para estudo do nível de envolvimento e percepção de ambientes naturais de potencial ecoturístico em Luminárias, estado de Minas Gerais, Brasil.

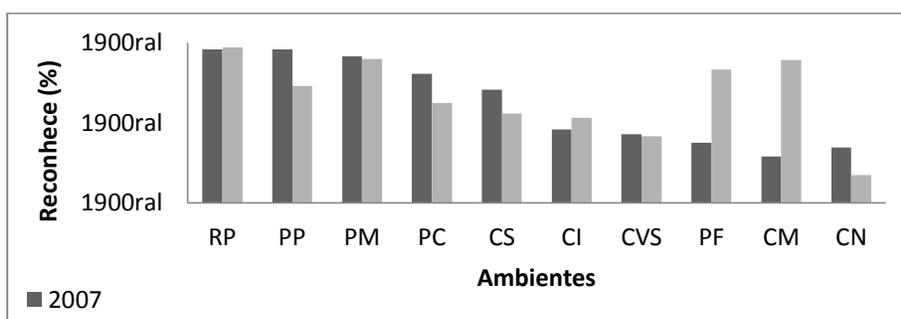


Nota: Ribeirão da Ponte (RP), Portal de Pedra (PP), Poço do Moinho (PM), Pico do Cruzeiro (PC), Cachoeira da Serra Grande (CS), Cânion do Inferno (CI), Caverna da Serra Grande (CVS), Cachoeira da Pedra Furada (PF), Cachoeira do Mandembe (CM) e Cachoeira da Nêga (CN).

Quanto às variáveis analisadas acerca do envolvimento com os ambientes naturais com potencial ecoturístico (reconhecimento, indicação do nome atribuído e frequência de visitação), notou-se que no aspecto de reconhecimento dos ambientes (Figura 3), dentre os dez locais pesquisados em 2007, cinco deles (PP; PC; CS; CVS e CN) foram os mais reconhecidos e em 2016, quatro outros se destacaram (RP; CI; PF e CM). Contudo, quando comparado o percentual relativo de reconhecimento dos ambientes, superior a

50% nos dois anos, constatou-se que, em 2007, cinco atrativos (RP, PP, PN, PC e CS) foram reconhecidos por mais de 71% e os cinco demais por menos de 46%. Já em 2016, oito dos atrativos foram reconhecidos por mais de 53% e os demais por menos de 41%. Os resultados demonstram, ao se considerar um percentual com reconhecimento superior a 50% dos entrevistados em 2016, que os ambientes tornaram-se mais reconhecidos, porém com percentual relativo menos expressivo, excetuando-se apenas a PF e a CM.

Figura 3: Reconhecimento dos ambientes pelos autóctones, para estudo do nível de envolvimento destes com os ambientes naturais de potencial ecoturístico em Luminárias, estado de Minas Gerais, Brasil.

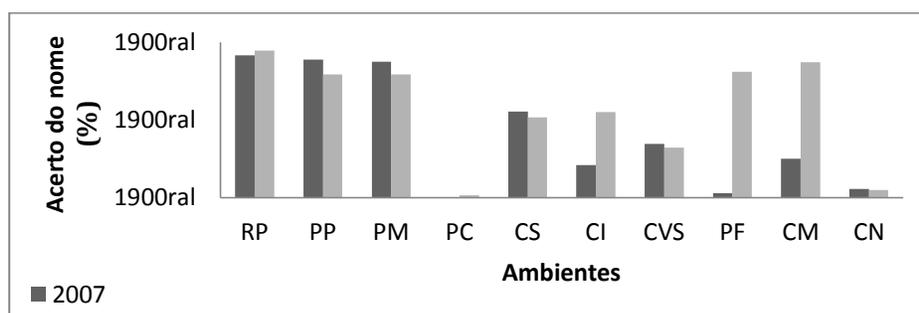


Nota: Ribeirão da Ponte (RP), Portal de Pedra (PP), Poço do Moinho (PM), Pico do Cruzeiro (PC), Cachoeira da Serra Grande (CS), Cânion do Inferno (CI), Caverna da Serra Grande (CVS), Cachoeira da Pedra Furada (PF), Cachoeira do Mandembe (CM) e Cachoeira da Nêga (CN).

Para a indicação do nome atribuído aos ambientes (Figura 4), manteve-se, em ambos os anos analisados, grande percentual de acerto para PP, PM e RP. Notou-se ainda, que apresentaram aumento expressivo na indicação correta do nome, no ano de 2016: CI, passando de 21% para 55%; PF de 3% para 81% e CM de 25% para 87%. Contudo, manteve-se errônea a indicações do PC (sendo chamado de Serra do Navio) e a não indicação de nome da CN (sem respostas).

As não indicações do nome do ambiente CN se relacionaram à intenção de não incentivo à visitação no local, pois a mesma é área de captação de água da cidade. E a indicação incorreta do PC ocorreu devido à confusão feita em decorrência de sua localização na Serra de Santo Inácio, conhecida localmente por Serra Grande. Esta área compreende picos e serras de formação rochosa similar à da Serra do Navio, a qual tem seu nome regionalmente conhecido, contudo sem visitação, pois está inserida em área particular, com exploração minerária de pedras decorativas (quartzito), conforme a observação participante.

Figura 4: Indicação correta do nome atribuído aos ambientes pelos autóctones, para estudo de seu nível de envolvimento com ambientes naturais de potencial ecoturístico em Luminárias, estado de Minas Gerais, Brasil.



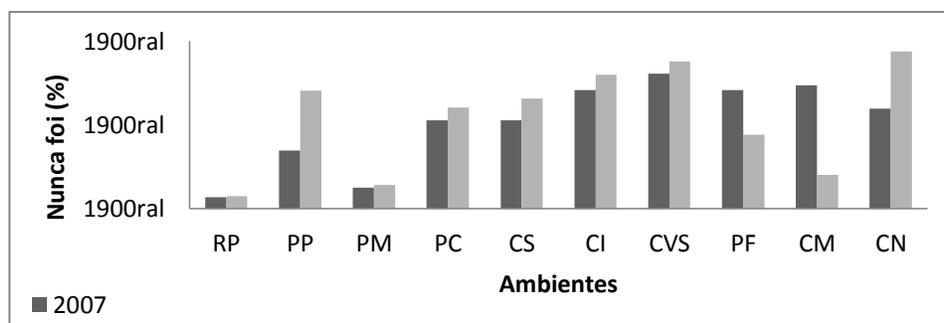
Nota: Ribeirão da Ponte (RP), Portal de Pedra (PP), Poço do Moinho (PM), Pico do Cruzeiro (PC), Cachoeira da Serra Grande (CS), Cânion do Inferno (CI), Caverna da Serra Grande (CVS), Cachoeira da Pedra Furada (PF), Cachoeira do Mandembe (CM) e Cachoeira da Nêga (CN).

As respostas acerca da frequência de visitação evidenciaram que PC, CS, CI, CVS e CN nunca foram visitados por um percentual igual ou superior a 53% dos entrevistados, em ambos os anos (Figura 5-A). Com o passar do tempo, PP, PC, CS, CI, CVS e CN obtiveram um aumento quanto a não visitação, ressaltando-se que apresentaram aumento considerável neste mesmo aspecto, o PP (de 34% para 70%) e CN (de 59% para 93%). Em relação à visitação em até cinco vezes (Figura 5-B), nenhum ambiente atingiu um percentual superior aos

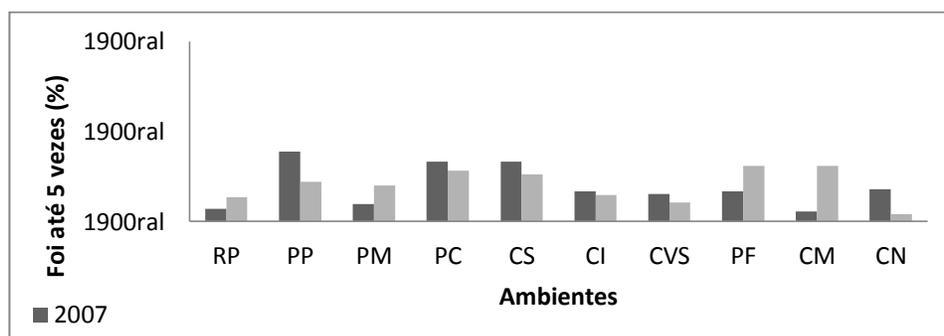
39% do PP em 2007. Porém, PF e PM apresentaram aumento em 2016. Já em relação aos ambientes mais de cinco vezes visitados (Figura 5-C), RP e PM foram os mais citados em ambos os anos, com inclusão da CM em 2016, que passou de 15% para 49%.

Figura 5: Frequência de visitação pelos autóctones, sendo que (A) representa nenhuma visitação, (B) de uma a cinco visitas ao local e (C) mais de cinco visitas ao local, para estudo do nível do envolvimento com ambientes naturais de potencial ecoturístico em Luminárias, estado de Minas Gerais, Brasil.

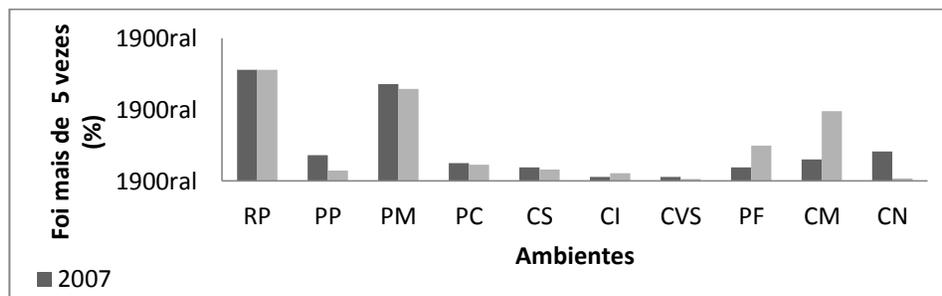
A



B



C

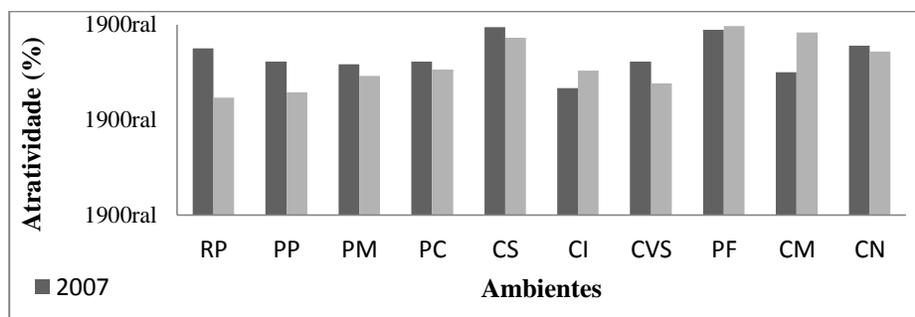


Nota: Ribeirão da Ponte (RP), Portal de Pedra (PP), Poço do Moinho (PM), Pico do Cruzeiro (PC), Cachoeira da Serra Grande (CS), Cânion do Inferno (CI), Caverna da Serra Grande (CVS), Cachoeira da Pedra Furada (PF), Cachoeira do Mandembe (CM) e Cachoeira da Nêga (CN).

Os resultados demonstraram que um maior envolvimento da comunidade se deu, em ambos os anos analisados, com os ambientes mais próximos da área urbana. E, em relação aos locais mais distantes, só cresceu naqueles que sofreram melhorias estruturais em seus acessos.

Quanto às variáveis de percepção (atratividade, estado de conservação, conhecimento de outros ambientes e entendimento sobre ecoturismo e sua prática), constatou-se que a atratividade dos ambientes com potencial ecoturístico (Figura 6) se mantiveram altas nos dois anos analisados. Porém, em 2016, o percentual relativo a esse aspecto foi inferior para grande parte dos ambientes, excetuando CI, PF e CM.

Figura 6: Atratividade dos ambientes naturais de potencial ecoturístico, na percepção dos autóctones, em Luminárias, estado de Minas Gerais, Brasil.

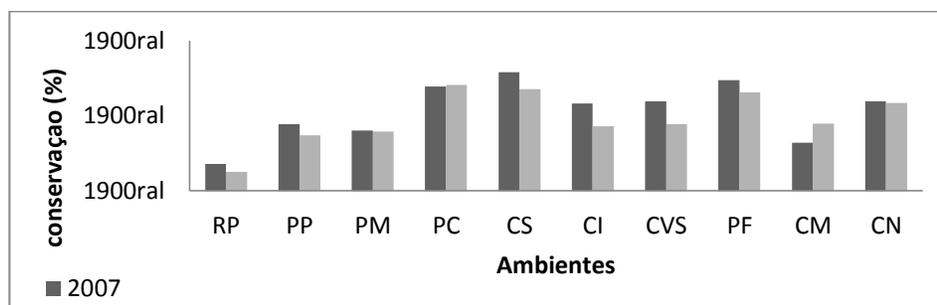


Nota: Ribeirão da Ponte (RP), Portal de Pedra (PP), Poço do Moinho (PM), Pico do Cruzeiro (PC), Cachoeira da Serra Grande (CS), Cânion do Inferno (CI), Caverna da Serra Grande (CVS), Cachoeira da Pedra Furada (PF), Cachoeira do Mandembe (CM) e Cachoeira da Nêga (CN).

Quanto ao estado de conservação dos ambientes (Figura 7), foi verificado um decréscimo nos níveis, assim, apenas a CM apresentou melhoria na conservação (na percepção dos entrevistados), entre os anos de 2007 e 2016; e PM, PC e CN não se alteraram. Os ambientes que sofreram maiores quedas no aspecto conservação foram a CS, passando de 79% para 68%, CI de 58% para 43%, CVS de 60% para 44% e PF de 74% para 66%. Contudo, o ambiente com o menor percentual relacionado à conservação da área foi RP, com 13%.

Os apontamentos sobre a conservação referiram os ambientes mais próximos à área urbana do município (RP e PM) como os menos conservados. Estes, historicamente, são áreas de uso para lazer da comunidade em finais de semana e feriados como carnaval, quando se tem uma visitação em massa e sem conscientização de uso (consumo de bebidas alcoólicas, e alimentos, sons automotivos e lixo espalhado pela área), como pôde ser observado *in loco*.

Figura 7: Estado de conservação dos ambientes naturais de potencial ecoturístico, na percepção dos autóctones, em Luminárias, estado de Minas Gerais, Brasil.



Nota: Ribeirão da Ponte (RP), Portal de Pedra (PP), Poço do Moinho (PM), Pico do Cruzeiro (PC), Cachoeira da Serra Grande (CS), Cânion do Inferno (CI), Caverna da Serra Grande (CVS), Cachoeira da Pedra Furada (PF), Cachoeira do Mandembe (CM) e Cachoeira da Nêga (CN).

Quando questionados se conheciam outros locais interessantes para visitação ecoturística no município (Quadro 2), em 2007, foram citados 11 locais e em 2016, os entrevistados indicaram 22 locais como ambientes com potencial ecoturístico.

Quadro 2 - Indicações de ambientes naturais com potencial ecoturístico em Luminárias, Minas Gerais, Brasil.

2007 - 11 locais	2016 - 22 locais
<ul style="list-style-type: none"> - Cristo (25%); - Cachoeira do Paredão (15%); - Usina da Fumaça (8%); - �gua Santa, Serra de Luminárias e Cachoeira da Caverninha (3% cada); - Escada, Serra da Mamica, Cachoeira do Elói, Escorregador da Serra Grande e Cachoeira do Mamono (2% cada). 	<ul style="list-style-type: none"> - Cristo (17%); - Poço do Lobo (11%); - Usina da Fumaça (9%); - Cachoeira do Paredão (8%); - �gua Santa (4%); - Serra do Navio, Pico do Gavião e Serra da Mamica (3% cada); - Pico da Asa Delta, Torre, Escada e Cachoeira da Caverninha

	(2% cada); - Monjolo, Serra de Luminárias, Cachoeira da Esmeralda e Cachoeira do Lavarejo (1% cada); - Salto do Rio Ingaí, Cachoeira do Elói, Escorregador da Serra Grande, Poço do Mangue, Serra Grande e Cachoeira do Mamono (percentuais abaixo de 1% de indicação).
33% não indicaram nenhum outro local	26% não indicaram nenhum outro local

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Por fim, quanto às questões ligadas ao entendimento sobre a noção e práticas do ecoturismo, dentre os respondentes de 2007, 42% as descreveram com aspectos ligados ao conceito da TIES (2015) e em 2016, estes foram representados por 26%. Os resultados demonstraram ainda, que em 2007, para 61% dos entrevistados, a prática do ecoturismo foi considerada como positiva para a cidade, 15% achavam que era pouco divulgada, 3% acreditavam que estava em fase de crescimento e 1% que precisava melhorar a estrutura da cidade. Já em 2016, houveram outras ponderações e a prática do ecoturismo foi apontada como boa para 54% dos entrevistados, importante para 4%, ruim para 3%, fraca para 3% e outros 36% não responderam.

Com relação aos resultados obtidos na observação participante, poucas intervenções relacionadas ao ecoturismo puderam ser verificadas. Foi constatado o uso tradicional de ambientes mais próximos à área urbana, por parte da comunidade, em momentos de lazer e as melhorias estruturais dos acessos a

ambientes naturais, o que, por sinal, não pretendia atender ou fomentar a visitação, mas manter o trânsito da comunidade rural até a sede do município.

As políticas públicas também fazem parte das estruturas que promovem o sucesso do ecoturismo e, durante o período estudado, pôde-se observar apenas duas intervenções, uma em 2008 e outra em 2010, sendo estas por meio da aprovação da Lei 1.098/2008, que regulamentou a atividade de Monitores de Ecoturismo e Condutores Ambientais no município de Luminárias e da Lei Ordinária 1.140/2010 e, sob nova redação, o dispositivo da lei nº 1.028/2005 que “Cria o Conselho Municipal e o Fundo Municipal de Turismo e dá outras providências” (CAMARA MUNICIPAL DE LUMINÁRIAS, 2017). Contudo, nenhuma destas políticas públicas foram implementadas, ou outra foi encontrada no período analisado (2007 a 2016), como também nenhum evento de fomento das práticas ecoturísticas foi observado ou consta nos registros municipais.

4 DISCUSSÃO

O ecoturismo é uma ferramenta de conservação que visa apoiar e elevar a consciência para assuntos importantes de proteção ambiental, cultural, espiritual, em associação com valores estéticos, recreativos e econômicos (BUSHELL; EAGLES, 2007). Sendo assim, os ambientes de atratividade ecoturística precisam ser reconhecidos e ter pesquisadas as percepções quanto a seus usos, buscando associar os aspectos naturais do meio com a produção de benefícios para as comunidades locais, a fim de incentivar o envolvimento comunitário e a conservação dos mesmos (KRUGER, 2005; WIGHT, 2002).

O estudo de Okello (2003), revelou que a sensibilização despertou a atenção da maioria dos povos ugandeses para a conservação de seus recursos naturais e ajudou a promover o país como destino ecoturístico. Uma vez que as atividades de ecoturismo são fonte de benefícios, as comunidades locais

desenvolvem atitudes em relação à preservação do meio e ajudam a reduzir os impactos negativos e sua degradação, melhorando o ambiente e a qualidade de vida dos moradores, como já visto em experiências taiwanesas (TSAUR; LIN; LIN, 2006). Contudo, esperar que o desenvolvimento da atividade ecoturística promova a compreensão da importância dos ambientes naturais locais não é uma boa estratégia. É preciso promover espaços públicos de discussão sobre os locais e práticas utilizados no ecoturismo e, para isso, o ambiente escolar se apresenta como espaço propício, como aqui demonstrado.

O ecoturismo pode, desta forma, constituir a oportunidade de promover atitudes de respeito e a favor da conservação da natureza, tendo as escolas como ambientes públicos para a promoção de discussões acerca dos ambientes naturais com potencial para o ecoturismo, a fim de incluir esta temática na formação da identidade local, observando-se que estas devem ser conduzidas com preparação, sentido, mediação e processos educativos válidos (PAKARINEN, 2015; RAMOS; OLIVEIRA, 2008). Assim, a compreensão da comunidade sobre o ecoturismo e seus ambientes naturais subsidiará a decisão de fazer uso consciente dos ambientes para lazer e de participar ou não das práticas desenvolvidas no município (ZHANG; LEI, 2012).

O envolvimento da comunidade com seus ambientes e com as práticas ecoturísticas promove o reconhecimento e a identificação com os mesmos e, por consequência, a proximidade e busca por melhorias. Estudos realizados na África demonstraram que a participação comunitária no ecoturismo trouxe benefícios como: aumento da renda, criação de emprego, contribuição para o desenvolvimento de infraestruturas e desenvolvimento comunitário; e os benefícios potenciais das empresas de ecoturismo foram proporcionais ao nível de envolvimento da comunidade local, ou seja, quanto mais profunda é a relação entre eles, maiores são os benefícios (MANYARA; JONES, 2007).

A verificação das percepções e da envoltura com os ambientes naturais de potencial ecoturístico em Luminárias, nos dois períodos com um intervalo de nove anos, demonstrou uma diminuição da compreensão das premissas conceituais da prática do ecoturismo e um distanciamento quanto ao entendimento dos benefícios ambientais, socioculturais e econômicos propalados pelo mesmo. Assim, infere-se pelos resultados, que planejadores e gestores devem promover o fomento a espaços de discussão em ambientes escolares, abertos ao público em geral, com foco na participação da comunidade local à frente do processo de desenvolvimento deste fazer turístico. Por isso, e como um princípio central da definição de ecoturismo, as questões de envolvimento e educação precisam ser abordadas e contempladas em planejamentos e projetos, para que se alcance a efetividade nas práticas ecoturísticas locais.

A divulgação dos ambientes naturais de Luminárias, Minas Gerais, *per si*, não representa uma estratégia eficiente no planejamento ecoturístico, limita-se à mera informação da existência dos ambientes e, portanto, não resulta no envolvimento da comunidade. É imprescindível o fomento à interação em momentos de lazer da comunidade em seus ambientes naturais, haja vista que proporciona experiências agradáveis e fundamentais para o envolvimento com o ecoturismo. Pois, quanto maior for o conhecimento sobre estes locais e o envolvimento com os mesmos, melhor compreendida será a necessidade de proteger seus recursos, dado que os residentes locais se sentirão parte do ambiente e do processo e poderão receber uma variedade de benefícios em infraestrutura, economia e de ordem social, tangíveis ao se tornarem comunidades receptoras para ecoturistas, o que os resultados demonstraram não estar acontecendo. Ross e Wall (1999) já alertaram que sem participação local, provavelmente os benefícios deixam de ser coletivos.

A inexistência de políticas públicas permanentes e de órgãos administrativos municipais efetivos no planejamento e fomento do ecoturismo

contribuem para a diminuição nos níveis de conhecimento e visitação dos ambientes naturais com potencial ecoturístico, como também para a diminuição da compreensão, envolvimento, promoção de atividades e empreendedorismo local. É importante lembrar que, conforme Ramos e Oliveira (2008), mesmo durante as etapas do planejamento, a percepção ambiental da população autóctone e sua relação com o meio devem ser substancialmente consideradas, para que as verticalidades adjacentes aos empreendimentos turísticos não se sobreponham às relações de horizontalidade da comunidade local.

São conhecidas muitas situações em que autóctones foram excluídos, marginalizados ou tiveram acesso restrito aos recursos naturais, devido a empreendimentos de turismo. Como já apresentado por Duffy (2002), em alguns casos, a expansão turística reduz a oportunidade para que a população local participe do seu desenvolvimento, exceto como funcionários comuns. O mesmo autor ainda alerta sobre muitas outras críticas, como recriação de padrões coloniais de comportamento e exploração, os quais já foram vistos no ecoturismo e que, por consequência, impedem a captação de investimentos significativos para economias locais, tornando eminente a exclusão social da população originária.

Como já ressaltado por Pires e Alcantarino (2008), a conduta da comunidade local frente à implementação da atividade ecoturística, algo esquecido por alguns técnicos, é fator preponderante à garantia de sua sustentabilidade como atividade em um dado local. Acredita-se, como outros autores (DVORAK; BORRIE; WATSON, 2013; DVORAK; BROOKS, 2013; POMERANZ; NEEDHAM; KRUGER, 2013), que o reconhecimento de vínculos e os significados do lugar, com o passar dos anos, podem fortalecer experiências e compromissos com o local, e que o entendimento das relações sociais, dos processos políticos, socioeconômicos e dos significados das atividades desenvolvidas, são altamente aplicáveis ao planejamento, gestão e

conservação de áreas naturais, especialmente no planejamento participativo (HORÉLLI, 2002; MANZO; PERKINS, 2006) e gestão colaborativa (GRAY, 1985; SELIN, 2004).

Primar pela implementação de políticas públicas de ecoturismo que contemplem a inserção da temática no dia-a-dia das comunidades, contribui para a formação da identidade local, promove o empoderamento das mesmas, a conservação dos ambientes naturais e culturais e as práticas ecoturísticas sustentáveis. Mas pode ser bastante complicado alcançar as pessoas em seu cotidiano, seja por causa da variedade de ocupações profissionais, questão de tempo ou até mesmo pelas divisões entre classes sociais. Neste contexto, os ambientes escolares mostram-se como espaços férteis para o processo de conscientização e inserção deste e muitos outros temas, pois “[...] não há prática educativa que não se direcione para um certo objetivo, que não envolva um certo sonho, uma certa utopia” (FREIRE, 1994, p. 163). A faceta política da educação se evidencia na permanente reflexão do “o que fazer”, “para que fazer”, “quando” e “para quem fazer”, e, portanto, os ambientes escolares emergem como facilitadores da mobilização para um planejamento ecoturístico, que respeita todas as suas premissas.

5 CONCLUSÃO

Os ambientes naturais com potencial ecoturístico, em Luminárias, Brasil, localidade em fase inicial de desenvolvimento do ecoturismo, são reconhecidos em diferentes níveis e considerados altamente atrativos. Contudo, os indivíduos autóctones mantêm baixo envolvimento com seu uso recreativo. De modo ainda mais preocupante, o entendimento conceitual do ecoturismo e seus benefícios socioambientais reduziram consideravelmente em apenas nove anos. Recomenda-se que políticas públicas sejam elaboradas e implementadas, a

fim de promover o respeito aos ambientes naturais relevantes, bem como a inserção participativa da atividade ecoturística no município, promovendo o protagonismo e empoderamento da comunidade local. E, por causa da dificuldade em alcançar e mobilizar continuamente a população, os ambientes escolares mostram-se como espaços facilitadores no processo de conscientização e inserção social no planejamento ecoturístico.

Conclui-se ainda que a replicação dos métodos deste estudo se apresenta como ferramenta estratégica para monitoramento do nível de envolvimento e percepções da comunidade local acerca do ecoturismo.

REFERÊNCIAS

ALVARES, C. A.; STAPE, J. L.; SENTELHAS, P. C.; GONÇALVES, J. L. M.; SPAROVEK, G. Köppen's climate classification map for Brazil. **Meteorologische Zeitschrift**, v. 22, n. 6, p. 711–728, 2013.

AMORIM, F. O. B. O contexto teórico do desenvolvimento dos estudos humanísticos e perceptivos na Geografia. In: AMORIM, F. O. B.; CARTER, H.; KOHLSDORF, M. E. Percepção Ambiental: contexto teórico e aplicações ao tema urbano, **Instituto de Geociências - UFMG**, Belo Horizonte, publicação especial n. 5, 1987.

BUSHELL, R.; EAGLES, P. F. J. Tourism and Protected Areas: Benefits Beyond Boundaries. **The 5th World Parks Congress**, CAB International 200, UK, 2007.

CAMARA MUNICIPAL DE LUMINÁRIAS. **Legislação Municipal**. Disponível em: <www.luminarias.cam.gov.br/pagina/6496/2017>. Acessado em: 25/11/2017.

CARVALHO, V. C.; SILVA, M. A. C.; OLIVEIRA, D. V. Potencialidades espeleoturísticas da área cárstica do município de Luminárias (MG, Brasil), **Pasos**, v. 5, n. 3, p.383-390, 2007.

DUFFY, R. A Trip Too Far: Ecotourism. Politics and Exploitation. Detroit, **Earthscan**, v. 1, p. 210, 2002.

DVORAK, R. G.; BORRIE, W. T.; WATSON A. E. Personal wilderness relationships: building on a transactional approach. **Environmental Management**, v. 52, p. 1518–1532, 2013.

DVORAK, R. G.; BROOKS, J. J. More connection and less prediction please: applying a relationship focus in protected area planning and management. **Journal of Park and Recreation Administration**, v. 31, p. 5–22. 2013.

FIGUEIREDO, L. A. V.; SOUZA, L. D.; CARVALHO, A. M.; LIMA, J. N.; MIRANDA, F. D. Iluminando Luminárias (MG): práticas espeleoturísticas e de Educação Ambiental integrando aventura, natureza e cultura. Anais do VIII Congresso Nacional de Ecoturismo e do IV Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.4, n.4, p. 563, 2011.

FREIRE, P. **Cartas a Cristina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GRAY, B. Conditions facilitating interorganizational collaboration. **Human Relations**, v. 38, n.10, p. 911-936, 1985.

HOÉLLI, L. A methodology of participatory planning. In: BECHTEL, R. B. CHURCHMAN, A. (Eds.), **Handbook of environmental psychology**, New York: Wiley, 2002, p. 607-628.

HUNTER, L. M.; STRIFE, S.; TWINE, W. Environmental perceptions of rural South African residents: The complex nature of environmental concern. **Society and Natural Resource**, v.23, p. 252-541, 2010.

IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2015**. 2017. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=313870&search=minasgerais|luminarias|infograficos:-informacoes-completas>> Acessado em: 13/02/2018.

JOLLIFFE, I. T.; CADIMA, J. Principal component analysis: a review and recent developments. **Philosophical Transactions of The Royal Society A Mathematical Physical and Engineering Sciences**, v. 374, n. 2065, p. 1-16, 2016.

KEMPTON, W. M.; BOSTER, J. S.; HARTLEY, J. A. Environmental values in American culture. Boston: **MIT Press**, 1995.

KRUGER, O. The Role of Ecotourism in Conservation: Panacea or Pandora's Box? **Biodiversity and Conservation**, v. 14, p. 579-600, 2005.

MANYARA, G.; JONES, E. Community-based tourism enterprises development in Kenya: An exploration of their potential as avenues of poverty reduction. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 15, n. 6, p. 628-644, 2007.

MANZO, L. C.; PERKINS, D. D. Finding common ground: the importance of place attachment to community participation and planning. **Journal of Planning Literature**, v. 20, n. 4, p. 335-350, 2006.

MARDIA, K.V.; KENT, J. T.; BIBBY, J. M. Multivariate Analysis. Academic Press. Minchin, P.R. (1987) An evaluation of relative robustness of techniques for ecological ordinations. **Vegetatio**, v. 69, p. 89-107, 1979.

MARUJO, N.; SANTOS, N. Turismo, Turistas e Paisagem. **Investigaciones Turísticas**, Espanha, n. 4, p.35-48, 2012.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Ed. Vozes. Petrópolis, RJ, 2016.

MINCHIN, P.R. An evaluation of relative robustness of techniques for ecological ordinations. **Vegetatio**, v. 69, p. 89–107, 1987.

OKSANEN, J.; BLANCHET, F. J.; FRIENDLY, M.; KINDT, R.; LEGENDRE, P.; MCGLINN, D.; MINCHIN, P. R.; O'HARA, R. B.; SIMPSON, G. L.; SOLYMOS, P.; STEVENS, M. H. H.; SZOECS, E.; WAGNER, H. **Vegan: community ecology package**. R package version 2.4-2, 2017. Disponível em: <<https://cran.r-project.org/package=vegan>>. Acessado em: 13/02/2018.

OKELLO, F. **Ecotourism in Uganda a Case Study of The Mgahinga National Park**. 2003. 64 p. M.Sc. Thesis (Tourism and Hospitality Management), Graduate Business, Göteborg University, Göteborg, 2003.

OTHMAN, N. A.; ANWAR, A. M.; KIAN, L. L. Sustainability Analysis: Visitors Impact on Taman Negara, Pahang, Malaysia. **Journal of Tourism, Hospitality & Culinary Arts**, v. 1, p.67-80, 2010.

PAKARINEN, N. Transition Practices: Education for Sustainable Development in Ecotourism. 2015. 31p. **Master thesis** (Sustainable Development), Department of Earth Sciences, Uppsala University, Sweden, 2015.

PAUW, J. B.D.; PETEGEM, P. V. A cross-cultural study of environmental values and their effect on the environmental behavior of children. **Environment and Behavior**, v. 45, p. 551–583, 2011.

PIRES, E. V.; ALCANTARINO, M. D. A participação das comunidades autóctones no turismo e o capital social no processo de desenvolvimento local: um exame do Programa Turismo Solidário – MG. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 8, n. 1, 2008.

POMERANZ, E. F.; NEEDHAM, M. D.; KRUGER, L. E. Stakeholder perceptions of indicators of tourism use and codes of conduct in a coastal protected area in Alaska. **Tourism in Marine Environments**, n. 9, p. 95-115, 2013.

R Studio version 3.3.1. 2016. "Bug in Your Hair" Copyright (C). **The R Foundation for Statistical Computing Platform**: i386-w64-mingw32/i386 (32-bit). Disponível em: <http://wallace.teorekol.lu.se/statistics_for_biolologists/01/R%20output%20ex1%20ht16.ppd>. Acessado em: 13/02/2018.

RAMOS, L. M. J.; OLIVEIRA, S. F. Educação ambiental para o ecoturismo nas unidades de conservação: um nexu ontológico. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental Revista do PPGEA/FURG-RS**, v. 20, 2008.

RODRIGUES, L. A.; CARVALHO, D. A.; OLIVEIRA FILHO, A. T.; CURTI, N. Efeitos de solos e topografia sobre a distribuição de espécies arbóreas em um fragmento de floresta estacional Semidecidual, em Luminárias, MG. **Revista Árvore**, Viçosa, v. 31, p. 25-35, 2007.

ROSS, S.; WALL, G. Ecotourism: Towards Congruence between Theory and Practice. **Tourism Management**, v. 20, p. 123-132, 1999.

SCHACTER, D. L.; GILBERT, D. T.; WEGNER, D. M. **Psychology**, 2nd edition. Worth.Publishers. p. 264, 2011.

SETUR. Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. **Circuitos Turísticos e suas regiões**. 2015. Disponível em: <<http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/informacoes-administrativas>> Acessado em: 13/02/2018.

SELIN, S. Natural resource partnerships: bridging practice and science. In M. J. MANFREDO, J. J. VASKE, B. L. BRUYERE, D. R. FIELD, P. J. BROWN (Eds.), **Society and natural resources: A summary of knowledge**, p. 137-146. Jefferson, MO: ModernLitho, 2004.

SIMÕES, P. F. P. F. A paisagem cultural do Buçaco: a singularidade de um território turístico e de lazer. **Cadernos de Geografia**, Coimbra, n. 32, p. 187-193, 2013.

TSAUR, S. H.; LIN, Y. C.; LIN, J. H. Evaluating Ecotourism Sustainability from the Integrated Perspective of Resource, Community and Tourism. **Tourism Management**, v. 27, p. 640-653, 2006.

VARGAS, H. C. Turismo e valorização do lugar. **Turismo em Análise**, v.9, n.1, 1998.

VIOLIN, F. L.; ALVES, G. L. Da pesca ao natural: trajetória do turismo em Mato Grosso do Sul (1970 a 2015). **Sustentabilidadeem Debate** - Brasília, v. 8, n. 2, p. 130-146, 2017.

WIGHT, P. A. Supporting the Principles of Sustainable Development. **Journal Current Issues in Tourism**, v. 5, p. 3-4, 2002

ZHANG, H.; LEI, S. L. A structural model of residents' intention to participate in ecotourism: The case of a wetland community. **Tourism Management**, v. 33, n. 4, p. 916-925, 2012.

CAPÍTULO 3 - ARTIGO 2**FATORES LIMITANTES NA EFETIVAÇÃO DAS PRÁTICAS
ECOTURÍSTICAS EM ÁREAS COM VISITAÇÃO CONSOLIDADA**

Vinícius do Couto Carvalho¹; Cléber Rodrigo de Souza¹; Wanderley Jorge da
Silveira Junior¹; Carolina Njaimé Mendes¹; Marco Aurélio Leite Fontes¹.

¹Departamento de Ciências Florestais, Universidade Federal de Lavras, Lavras -
MG

RESUMO

O turismo tornou-se um gerador de renda para cidades que apresentam diferentes atrativos. Entre esses atrativos, ressaltam-se as áreas naturais. Porém, essas apresentam fragilidade, dada sua fácil degradação antropogênica. Neste estudo, objetivou-se analisar as práticas ecoturísticas e ações pró-conservação da natureza associadas, bem como identificar os atores sociais envolvidos, suas percepções e intervenções em uma localidade que se apresenta como ambiente de desenvolvimento consolidado de atividades ecoturísticas, escolhendo-se o município de Carrancas, no estado de Minas Gerais, Brasil. Para coleta de dados, utilizaram-se de ferramentas metodológicas de Diagnóstico Rápido Participativo. A análise contou com abordagem qualitativa e quantitativa e, para validação do método, foram realizadas reuniões públicas com apresentação e discussão dos resultados captados. Os resultados contemplaram aspectos ligados à divulgação do destino ecoturístico e à percepção dos visitantes e da comunidade local. Concluiu-se que as áreas naturais com prática de visitação turística em Carrancas, hoje, ainda não se enquadram como práticas ecoturísticas, pois a existência de variados interesses que não se comunicam e diversas forças da indústria do turismo local contribuem para a vaga compreensão sobre o que é o ecoturismo, seus benefícios e as formas de se planejá-lo, impedindo seu estabelecimento de fato.

Palavras-chave: Ecoturismo; Conservação da natureza. Políticas públicas. Percepção socioambiental.

ABSTRACT

Tourism has become a generator of income for cities that have different attractions and among them, the natural areas stand out. However, these ones presents fragility, given their easy anthropogenic degradation. The aim of this study was to analyze ecotourism practices and associated actions in favor of the conservation of nature, as well as to identify the social actors involved, their perceptions and interventions in a locality that presents itself as place where the development of ecotourism is consolidated. To achieve the purpose, Carrancas city, in the state of Minas Gerais, Brazil were choosed for this research. To collect data, we used the methodological tools of Rapid Participatory Diagnosis. The analysis had a qualitative and quantitative approach, and the method was validated in public meetings, with presentation and discussion about the search results wich included aspects related to the dissemination of the ecotourism destination and the perception of visitors and the local community. It was concluded that the natural areas with practice of tourist visitation in Carrancas, today, still do not fit as ecotourism practices, because the existence of varied interests that are not communicated and several forces of the local tourism industry contribute to the vague understanding about the which is ecotourism, its benefits and ways to plan it, preventing its establishment in fact. It was concluded that the natural areas with practice of tourist visitation in Carrancas still do not fit as ecotourism practices, because the existence of varied interests that are not communicated and several forces of the local tourism industry contribute to the vague understanding about the which is ecotourism, its benefits and ways to plan it, preventing it to be established in fact.

Keywords: Ecotourism. Nature conservation. Public policy. Socio-environmental perception.

1 INTRODUÇÃO

O turismo tornou-se um gerador de renda para cidades que apresentam diferentes atrativos. Entre esses atrativos ressaltam-se as áreas naturais. Porém, essas apresentam um caráter de fragilidade, tendo em vista sua fácil degradação com presença antrópica excessiva ou uso inadequado. Como alternativa para conservação de áreas naturais turísticas, tem-se uma variação do turismo, o ecoturismo, que é o segmento com maior crescimento no mundo e com características próprias, pois visa promover o desenvolvimento sustentável por meio da prática de atividades de baixo impacto, contribuir para o despertar de uma consciência ambiental, bem como para a compreensão e respeito pelas culturas que são visitadas (CAMACHO et al., 2016).

A *The International Ecotourism Society* (TIES) apresenta a definição e os princípios mais abrangentes e inclusivos do ecoturismo, os quais ter-se-ão como base conceitual neste trabalho. O ecoturismo é tratado como viagem responsável a áreas naturais que conserva o meio ambiente, sustenta o bem-estar da população local e envolve interpretação e educação (TIES, 2015). Ainda segundo a TIES (2015), o ecoturismo une conservação, comunidades e viagens sustentáveis. Isso significa que, quem implementa, participa e comercializa atividades de ecoturismo, deve adotar como princípios: minimizar impactos físicos, sociais, comportamentais e psicológicos; construir consciência e respeito ambiental e cultural; fornecer experiências positivas para visitantes e anfitriões; prover benefícios financeiros diretos para a conservação; gerar benefícios econômicos para pessoas locais e empresas privadas; provisionar experiências interpretativas memoráveis para os visitantes, a fim de aumentar sua sensibilidade quanto às questões políticas, ambientais e sociais locais; elaborar, construir e operar instalações de baixo impacto e; reconhecer os direitos e as

crenças espirituais dos povos em sua comunidade e trabalhar em parceria com eles para criar capacitação.

A existência ou não de planejamento e monitoramento das práticas ecoturísticas são fatores promotores de impactos. Estes podem ser positivos para ambientes, economia e comunidades, como: destinação de recursos financeiros a conservação e incentivo a recuperação de áreas degradadas; geração de renda e emprego e; contribuição para a educação. Porém, podem também ser causadores de diversos impactos negativos como: alteração no comportamento, hábitos alimentares e na reprodução dos animais silvestres, pelo excesso de visitação e/ou presença de lixo; aumento no preço dos produtos vendidos localmente e; descaracterização da cultura local, aspectos estes já apresentados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA/SCA/PROECOTUR, 2002).

Para Wight (2002), a presença do ecoturismo, além de promover a manutenção da qualidade ambiental da qual a experiência depende, deve manter ou aumentar a qualidade de vida das populações. Mas o trabalho necessário para tornar a participação da comunidade factível é bastante árduo, pois exige tempo e habilidade para ser implantado, o que inclui o uso de uma linguagem adequada que possa ser assimilada pela população local, conhecida como comunicação intercultural (RODRIGUES, 2002). Para esse autor, trata-se de um grande desafio, pois a comunicação deve levar em conta as diferentes visões de mundo e universos simbólicos, que precisam ser decodificados por aqueles que conduzem os processos de planejamento e gestão das atividades turísticas.

No presente trabalho, entende-se que quando os ambientes naturais turísticos apresentam planejamentos inadequados, divergentes ou mesmo inexistentes com relação às premissas do ecoturismo, as apropriações dos espaços naturais se dão de forma desordenada, fazendo com que áreas de interesse à visitação sofram impactos negativos diversos e algumas até deixem de existir ou sejam isoladas. Assim, gerar discussões junto à comunidade sobre a

importância e os problemas enfrentados nas gestões e ações de conservação das áreas naturais potencializa apoio para as mesmas, contra intervenções e decisões apressadas do poder público e a possível existência de um espírito mercantilista local. Parte-se do pressuposto que só se valoriza aquilo que se conhece (desde que seja uma vivência com significados positivos) e, nesse caso, o ecoturismo bem planejado e monitorado pode passar da posição de ameaça para a de instrumento de conservação, tendo atores sociais que auxiliam em processos de sensibilização política e social, na criação de leis, atração de investimentos, promoção de espaços naturais conservados e atividades dentro dos seus imperativos éticos, que poderão contribuir para a melhoria da consciência ambiental de moradores e seus visitantes. Desta forma, objetivou-se, neste estudo, analisar as práticas ecoturísticas e ações pró-conservação da natureza associadas a essas, bem como identificar os atores sociais envolvidos nas mesmas, suas percepções e intervenções em uma localidade que se apresenta como ambiente de desenvolvimento consolidado de atividades ecoturísticas.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 Área de Estudo

O município de Carrancas foi selecionado como área de estudo, por esta se apresentar como ambiente de desenvolvimento de atividades ecoturísticas consolidadas e possuir unidades de conservação legalmente instituídas. Este se localiza no Sul do estado de Minas Gerais, Brasil, na mesorregião denominada Campos das Vertentes, estando à 308 km de Belo Horizonte, 448 km de São Paulo e 71 km de Lavras. Seu clima é tropical de altitude (Cwb de Köppen), caracterizado por verões amenos e úmidos e invernos secos, com temperatura

média anual de 17,5°C e precipitação média anual de 1.632 mm (ALVARES et al., 2013).

Possui serras e morros que se estendem e estabelecem uma zona de contato entre os principais sistemas orográficos do estado, a Serra do Espinhaço e a Serra da Mantiqueira (VASCONCELOS, 2011) e os domínios morfoclimáticos do Cerrado e da Mata Atlântica (LOMBARDI et al., 2012). Devido às suas características naturais, encontra-se inserido na política de regionalização da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais, junto aos municípios constituintes do Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes, sendo estes, Alfredo Vasconcelos, Antônio Carlos, Barbacena, Barroso, Conceição da Barra de Minas, Coronel Xavier Chaves, Dolores de Campos, Entre Rios de Minas, Ibituruna, Itutinga, Lagoa Dourada, Madre de Deus de Minas, Nazareno, Piedade do Rio Grande, Prados, Resende Costa e Ritópolis (SETUR, 2015).

Sua extensão territorial é de 728 km², com 4.096 habitantes. Do total, 1.336 residem na área rural, representando 33% da população (IBGE, 2017). Tem como base econômica a agropecuária e as atividades da cadeia produtiva do turismo (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2015). Além disso, também é perceptível o fomento da eucaliptocultura, com alterações da paisagem local.

Carrancas apresenta importante contexto histórico e cultural com casarões e pinturas do século XVIII e XIX (MELO, 2002). Outro ponto característico é a presença de serras por todos os lados, de onde nascem as águas que alimentam diversos ribeirões, os quais formam suas muitas e visitadas cachoeiras, grutas e cânions. Essas belezas naturais são foco de procura midiática e vem sendo utilizadas pela Rede Globo de televisão para cenário de várias novelas da emissora, como: **O Fim do Mundo** (1996), **Alma Gêmea** (2006), **Paraíso** (2009), **Amor Eterno Amor** (2012) e **Império** (2014).

No que se refere às áreas legalmente protegidas com status de unidade de conservação, em 2010, houve a criação do Parque Natural Municipal da

Cachoeira da Fumaça com área de 10 ha. Em 2012, foi registrada no Instituto Estadual de Florestas a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Rosendo Netto de Souza Andrade com 284 ha, e, em 2013, foi registrada a RPPN Retiro das Vertentes, situada na Serra Grande e com área de 36,6 ha (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2015).

2.2 Expedições preliminares

Inicialmente, visou-se avaliar a percepção dos visitantes a respeito dos impactos nas áreas naturais, como: presença de lixo, espécies exóticas invasoras, desaparecimento ou diminuição de determinadas espécies, qualidade das trilhas, entre outros, tendo como questão foco descobrir se a prática do ecoturismo se apresenta ou não como estratégia para fomento da criação de unidades de conservação no município.

Para a coleta de dados preliminares, durante quatro meses (janeiro, abril, julho e agosto de 2015), foram realizadas expedições a campo, com incursões a diferentes áreas naturais com visitação turística do município, com a finalidade de verificar também as variações de público e sazonalidade da atividade. O público amostral foi composto por visitantes de diferentes atrativos naturais, abordados aleatoriamente para a participação na pesquisa, por meio da aplicação de questionários semiestruturados (Apêndice D), com intuito de avaliar a percepção dos mesmos a respeito dos impactos nas áreas naturais locais e a necessidade ou não da criação de unidades de conservação no município. Além disso, utilizou-se do método de observação direta e a verificação de dados secundários, a fim de identificar informações que poderiam enriquecer este trabalho.

Para a identificação dos atores sociais chave ligados ao ecoturismo, concomitantemente às expedições preliminares, foram desenvolvidas conversas

informais junto a atores sociais da comunidade local, com o uso da técnica metodológica *snowball*, também conhecida como “bola de neve” (BIERNACKI; WALDORF, 1981). Esta técnica de amostragem não probabilística foi utilizada durante a coleta de dados até ser alcançado o “ponto de saturação”. Esse ponto é atingido quando os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em conversas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes à pesquisa ou quando nenhum novo nome é citado (BALDIN; MUNHOZ, 2011).

2.3 Coleta de dados

Após análise das informações captadas nas expedições preliminares, constituintes do processo circular de pesquisa (ALENCAR, 2007), pôde ser constada a existência de grupos organizados na comunidade, a realização de pesquisas no âmbito do ecoturismo, políticas públicas de turismo e reconhecimento, por meio das conversas informais, de pessoas citadas como atores sociais chave ligados ao turismo na comunidade.

A coleta de dados foi iniciada com o (a) ator (a) chave mais citado (a) durante as conversas informais nas expedições preliminares, por meio da utilização de ferramentas metodológicas de Diagnóstico Rápido Participativo - DRP (CHAMBERS, 1993), eleitas por favorecerem o estabelecimento de canais de comunicação entre os entrevistados e os pesquisadores, bem como por propiciar mobilização e envolvimento dos atores com as questões apresentadas. As ferramentas metodológicas foram empregadas de forma associada, sendo estas:

a) Verificação de dados secundários, realizada durante todo período de coleta de dados, com pesquisas em registros oficiais (entidades governamentais, universidades, centros de pesquisa), *sites*, relatórios, pesquisas, fotografias e mapas;

b) Observação direta, realizada com a vivência durante as expedições de campo, por meio do registro de eventos, identificação de pontos de referência da comunidade, infraestruturas, reuniões dos conselhos municipais de turismo e meio ambiente, e realização de reuniões públicas, para validação do método;

c) História oral, aplicada por meio de convite para que todos os entrevistados relatassem fatos e acontecimentos que relacionassem áreas naturais, ecoturismo e tivessem sido marcantes na história do município, a fim de conhecer as formas tradicionais de uso e relação com a “terra”, aspectos culturais locais e percepções sobre atividades desenvolvidas no município ao longo dos anos;

d) Questionários semiestruturados, aplicados como roteiro de entrevistas a todos entrevistados, por constituir uma técnica efetiva de entrevista informal com algumas questões predeterminadas, as quais foram enriquecidas de conteúdo durante as entrevistas, conforme o surgimento de novos questionamentos. O método foi norteador para aplicação dos diagramas de fluxo e de relações e envolvimento, descritos a seguir;

e) Diagrama de Fluxo, aplicado a todos os entrevistados, visando identificar atividades, períodos e diversos fluxos (implantação ou interrupção de políticas públicas, entrada ou retirada de informações, materiais, atividades, pessoas, entre outros), para mostrar um quadro geral da percepção das pessoas sobre os processos relativos ao ecoturismo e áreas naturais no município, evidenciando e melhorando o entendimento sobre os mesmos;

f) Diagrama de relações ou envolvimento, aplicado a todos os entrevistados, visando identificar os diversos atores envolvidos (pessoas, grupos, instituições, empresas) com o ecoturismo, com as áreas naturais do município, bem como as relações existentes entre eles.

2.4 Análise dos dados

A análise contou com dois tipos de abordagem. Uma primeira, qualitativa, fundamentada na análise de dados obtidos das interações pessoais com visitantes e da coparticipação dos informantes (atores sociais chave). Essa ocorreu de forma anônima, apenas com a identificação do grupo ao qual o ator afirmou representar, correlacionando percepções e características comuns descritas pelos participantes, referentes à aplicação metodológica do DRP, apontados pela metodologia “bola de neve”.

Já a segunda abordagem, quantitativa, envolveu a mensuração de variáveis numéricas, a fim de avaliar a força dos apontamentos, as relações entre estes e destes com os atores sociais analisados. Para isso, realizou-se uma análise temática, por meio dos instrumentos da análise de conteúdo (BARDIN, 2010), a fim de sistematizar as informações captadas e definir temas correspondentes aos apontamentos. Posteriormente, os temas foram usados para a realização de uma Análise de Componentes Principais - PCA (JOLLIFFE; CADIMA, 2016), utilizando os atores como unidades amostrais e os temas dos apontamentos como variáveis. A análise foi realizada no programa R Studio version 3.3.1 (2016), utilizando o pacote Vegan (OKSANEN et al., 2017).

2.5 Validação dos resultados

A validação dos resultados se deu por meio da realização de reuniões públicas, para apresentação e discussão dos dados captados na pesquisa, pois essa é uma técnica que encontra ressonância em estudos que se propõem a investigar um tema em profundidade, por meio de uma abordagem coletiva,

oportunizando momentos de interação e debates em grupo (CARDOSO, 2009; MINAYO, 2009). Durante as mesmas, foi solicitado aos participantes que indicassem em qual momento do ciclo de vida do turismo (BUTLER, 1980) eles acreditavam que Carrancas se encontrava.

3 RESULTADOS

3.1 A divulgação do destino ecoturístico

Na coleta de dados secundários, constatou-se que o município de Carrancas é conhecido como “a terra das cachoeiras”. A sua divulgação como destino ecoturístico se dá principalmente pela internet. O poder público (prefeitura municipal), em sua página, apenas exibe o endereço de sua secretaria de turismo, sem disponibilizar informações gerais sobre os atrativos. Já o *site* privado, www.carrancas.com.br, traz uma diversificada gama de informações relevantes sobre acessos, cultura e história local, atrativos, *trade* e segmentos de turismo com as práticas desenvolvidas. Outra fonte comum de informações é a busca de *sites* de experiências de viagens, onde se destaca o www.tripadvisor.com. Neste, o destino Carrancas é avaliado pontualmente a partir de suas cachoeiras e por pessoas que as conheceram. Como exemplo, tem-se a Cachoeira da Esmeralda, ranqueada em primeiro lugar e indicada como um dos poucos atrativos onde não há cobranças para acesso e que, como as demais atrações locais, não apresenta controle quanto ao número de visitantes. Em segundo lugar encontra-se a Cachoeira da Zilda, um dos atrativos mais sugeridos, porém sem a informação de que se encontrava (no momento da pesquisa) fechado à visitação, por ordem judicial, em decorrência de conflitos advindos da construção de um empreendimento. Outra observação importante é o fato da divulgação turística da cidade ser feita com a utilização de imagens da

Cachoeira da Fumaça, inclusive como “cartão postal”, contudo sem a comunicação de que se trata de uma das três unidades de conservação do município (ainda sem plano de manejo e fechada oficialmente à visitação) e da área ter, em suas águas, a liberação do esgotamento sanitário da cidade, que ainda não apresenta tratamento, representando riscos à saúde dos usuários.

3.2 A percepção dos visitantes

Um total de 87 questionários foram aplicados para verificar a percepção dos visitantes acerca dos impactos nas áreas naturais de Carrancas. Destes, 48 no verão (janeiro e abril) e 39 no inverno (julho e agosto). Por meio da observação direta, pôde ser constatado o efeito da sazonalidade nas áreas naturais com visitação turística do município, onde nos meses de verão, observou-se que a quantidade de pessoas presentes e a duração de suas atividades superaram os meses de inverno.

O público amostral foi composto por 44% dos entrevistados do gênero masculino e 30% feminino. Os demais fizeram parte da amostragem sendo classificados como casal (16%) ou grupo (10%), quando dois ou mais indivíduos responderam a um único questionário.

Dos entrevistados, 89% eram visitantes, 8% eram moradores locais, e para 3% a segunda moradia era a cidade de Carrancas. 48% deles relataram, como motivação da viagem, a busca de contato com a natureza e outros 42%, descanso e desestresse.

Referente à percepção dos visitantes em relação aos impactos do ecoturismo em Carrancas (Quadro 1), os resultados demonstraram que para os visitantes, o ecoturismo vem causando impactos nas áreas naturais, contudo estes não foram percebidos quanto à presença de espécies exóticas (pastagens com capins exóticos e eucaliptocultura) no entorno das áreas naturais.

Quadro 1 - A percepção dos visitantes em relação aos impactos do ecoturismo em Carrancas, Minas Gerais.

Impactos	Percentuais de resposta
Impactos nas áreas naturais	71% sim 29% não
Alterações na vegetação nativa	47% sim 53% não
Existência de espécies exóticas	23% sim 71% não
Presença de animais	72% sim 28% não
Lixo	44% sim 56% não
Monitoramento das atividades de ecoturismo	29% sim 66% não 6% não souberam responder
Qualidade das trilhas	13% muito boa 52% boa 26% média 6% ruim 4% muito ruim

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Dos visitantes entrevistados, 60% já haviam visitado alguma unidade de conservação e 40% não. Apenas 20% dos entrevistados acreditavam que o ecoturismo deveria acontecer exclusivamente dentro de unidades de conservação, enquanto 80% acreditavam que em qualquer área natural pode ocorrer o mesmo. Porém, quando perguntados se haveria alguma área em Carrancas que eles gostariam de ver como sendo unidade de conservação, 65% responderam que sim, 15% que não e 20% não souberam responder, alegando que não continham informações suficientes para isso. Quando questionados sobre quais os locais de maior relevância para criação de unidades de

conservação, 42% responderam o Complexo da Zilda, 22% todos os atrativos do município e 18%, a Cachoeira da Fumaça.

3.3 A percepção da comunidade local

No tocante dos atores sociais chave, foram apontados 19 envolvidos nas atividades ecoturísticas. Destes, 22% são do sexo feminino e 78% masculino, proporção que se repetiu tanto para atores locais (nascidos no município), como para atores vindos de outros municípios, contudo residentes há mais de cinco anos.

O ponto de saturação da pesquisa foi alcançado no momento em que nenhum novo nome foi citado, atingindo 40 indicações, tendo o mais citado oito indicações (20%) e o segundo cinco (12%).

Os atores envolvidos se apresentaram como empresários (AE) ou parte do corpo do poder público (APP), com predomínio de indicações de AE (70%) (Figura 1). Não houve apresentação direta como ator da comunidade local, estando estes, quando citados, ligados ao poder público ou ao *trade* turístico, como empresários.

Figura 1 - Diagrama das apresentações dos atores sociais chave envolvidos com as práticas ecoturísticas em Carrancas, Minas Gerais.



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Os apontamentos, quanto aos pontos positivos ou problemas, foram sistematizados por meio de análise temática das entrevistas, emergindo em 17 temas ligados às práticas ecoturísticas (Quadro 2). Posteriormente, os dados foram submetidos à PCA (Figura 2), que ordenou os atores (AE e APP) e os temas emergentes altamente correlacionados entre si, representando-os em poder de correlação pelo tamanho do vetor (*loading*) e em direção de correlação, pelo seu sentido em relação aos eixos.

Quadro 2: Temas positivos, negativos e número de seus apontamentos por atores sociais chave, referentes às práticas ecoturísticas em Carrancas, Minas Gerais.

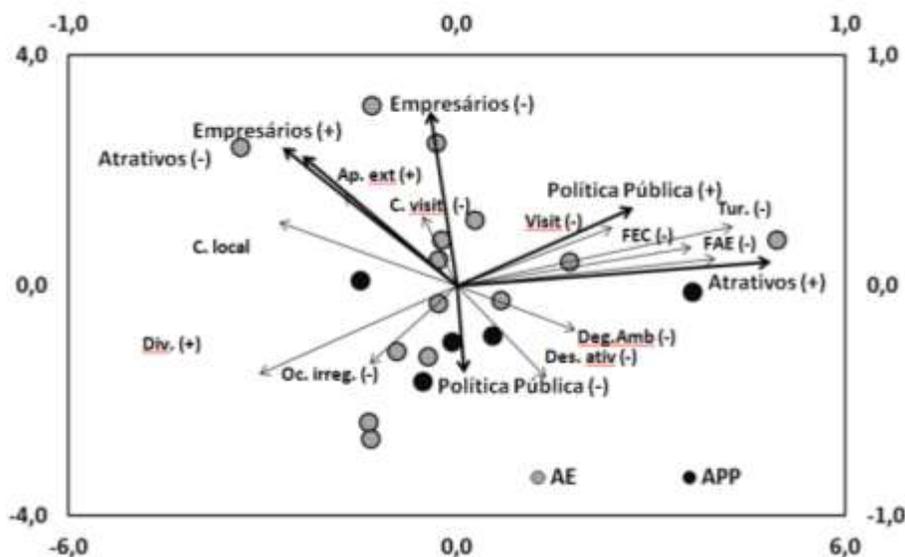
Temas (-)	Nº de apontamentos	Temas (+)	Nº de apontamentos
Atrativos	31	Políticas públicas	13
Políticas públicas	24	Empresários	10
Empresários	19	Atrativos	11
Desorganização da atividade	12	Divulgação	6
Condução de visitantes	10	Conscientização local	2
Comunidade local	10	Apoio externo	2
Ocupação irregular	8		
Turismo	4		
Degradação ambiental	3		
Apoio externo	3		
Visitantes	3		
Total de apontamentos	127	Total de apontamentos	44

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Na porção direita do diagrama no eixo 1, os temas atrativos (+) e políticas públicas (+) aparecem como síntese de temas correlacionados em diferentes níveis como: turismo (-), falta de envolvimento da comunidade (-), visitantes (-) e falta de apoio externo (-). Este grupo se contrapõe no sentido oposto da correlação, ou seja, estão inversamente relacionados à divulgação (-), comunidade local (+) e ocupação irregular (-).

Considerando o eixo 2, na porção esquerda superior do diagrama, os fatores empresários (+), empresários (-) e atrativos (-) aparecem como síntese de temas como apoio externo (+) e condução de visitantes (-), que são inversamente relacionados a políticas públicas (-), desorganização das atividades (-) e degradação ambiental (-), mostrados na porção direita inferior do diagrama. Os atores do poder público e empresários, diferenciaram-se principalmente segundo o eixo 2, altamente correlacionado com temas como empresários (-) e políticas públicas (-), com sentido oposto de posição para os dois grupos.

Figura 2 Análise de Componentes Principais (PCA), utilizando os atores sociais chave como unidades amostrais e os temas dos apontamentos como variáveis ligados às práticas ecoturísticas em Carrancas, Minas Gerais.



Nota: Fatores seguidos por (+) e (-) foram apontados, respectivamente, como positivos e problemas. **Ap. ext**: apoio externo; **C. visit.**: condução de visitantes; **C. local**: conscientização local; **Div.**: divulgação; **Oc. Irregular**: ocupação irregular; **Des. ativ**: desorganização de atividades; **Deg. Amb**: degradação ambiental; **FAE**: falta de apoio externo; **FEC**: falta de envolvimento da comunidade; **Visit**: visitantes; **Tur.**: turismo.

Alguns dos pontos mais relevantes e recorrentes apontados pelos atores entrevistados foram:

“Já existem estudos feitos sobre atrativos e sobre acessibilidade e mobilidade” (AE 1, AE 4, AE 7, AE 13, APP 4); *“Plano diretor é um grande avanço”* (AE 1, AE 7, AE 9, APP 5); *“Já existe uma proposta de política pública para organização do turismo – Implantação de voucher”* (AE 1, AE 4, AE 7, APP 4); *“Potencial das áreas naturais”* (AE 10, APP 1, APP 3); *“Os empresários que vêm estão envolvidos e preocupados em não degradar os ambientes”* (AE 3, AE 5, AE 9, APP 1); *“Pousadas para todos os níveis”* (AE 2, AE 3, AE 5).

Como tema positivo mais ressaltado, a política pública obteve o maior número de apontamentos referentes ao plano diretor, ao plano municipal de

turismo de Carrancas e, aos planos de mobilidade e acessibilidade aos atrativos turísticos de Carrancas. O segundo tema mais referenciado como positivo, diz respeito aos atrativos, sendo recorrentes indicações como a seguinte, descrita por um dos atores chave: “*o potencial ecoturístico é inegável, mas para que se mantenha assim é preciso conservá-lo*” (AE 3).

Outros grandes atrativos são as pousadas, restaurantes e serviços oferecidos pelas agências de turismo local, terceiro ponto positivo mais citado, contemplado no tema empresários. Pelas citações dos atores e pela observação direta, pode-se perceber que a diversidade de serviços e atividades desenvolvidas possibilitam a Carrancas ser um polo de atração de ecoturistas, que se interessem desde hospedagens em *campings*, até pousadas mais refinadas, comidas caseiras ou refeições mais elaboradas, passeios em quadriciclos ou automóveis 4x4, ou mesmo uma caminhada saindo do centro da cidade. Em Carrancas, são disponibilizadas atividades com diferentes precificações, determinadas apenas pelo interesse e intenção de gastos de cada visitante ou grupo.

Uma questão evidenciada no setor privado abrangido pela pesquisa foi baixo índice de empreendedorismo local, visto que poucos dos serviços turísticos são de propriedade dos autóctones. Também é baixo o registro oficial (cadastramento junto aos órgãos licenciadores) dos empreendimentos turísticos, uma informalidade que compromete a arrecadação de impostos municipais.

Quando analisados os apontamentos relativos aos problemas, os pontos mais ressaltados estavam ligados aos mesmos temas mais referenciados como positivos, sendo estes, atrativos (24,4%), política pública (19%) e empresários (15%). A inversão no posicionamento entre o primeiro e segundo lugar nos quesitos pontos positivos e problemas pôde ser notada.

Alguns dos pontos mais relevantes e recorrentes apontados pelos atores entrevistados foram:

“Para se chegar no atrativo se passa por propriedades que cobram passagem”; “Cobra-se para visitação, mas não reverte nada nem ao atrativo nem em impostos” (AE 3, AE 4, AE 5, AE 6, AE 9, AE 10, AE11,AE 12, AE 14, APP 2, APP 3, APP 5); “Falta diretrizes para gestão do turismo, capacidade de carga dos atrativos e regulamentos para todos os atrativos” (AE 3, AE 4, AE 5, AE 9, AE 10, APP 4, APP 5); “Não existem trabalhos para o envolvimento da comunidade” (AE 3, AE 4, AE 5, AE 7, AE 13, APP 4); “Falta união entre os empresários” (AE 3, AE 5, AE 6, AE 8, AE 9, AE 13, APP 2, APP 4).

O gerenciamento e o manejo dos atrativos ecoturísticos foram apontados como questão chave para resolu o de problemas. Os mesmos, em sua singularidade, são responsáveis pela atra o ecoturística, contudo observou-se que a cobrança por esta visita o vem sendo desenvolvida sem critérios quanto aos reais valores necessários   conserva o, manuten o e lucro com as atividades. Além disso, verificou-se que a cobrança para ter acesso às áreas, não são acompanhadas do controle do número de visitantes e o gerenciamento de risco das atividades.

Quanto aos entraves políticos relatados, notou-se que foram elaborados, sem implementa o, planos de políticas públicas para as atividades de ecoturismo (Plano Municipal de Turismo de Carrancas 2013/2016; Plano de Mobilidade e Acessibilidade aos Atrativos Turísticos de Carrancas 2014-2016). Esses estão sendo atualizados com a participa o de atores sociais locais, junto aos membros do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), e têm resultado em decisões e apontamentos que direcionam atribui es e responsabilidades ao poder público, o qual precisará assumir o compromisso de elaborar e implementar legisla es, por meio do COMTUR, da Câmara Municipal e da Prefeitura Municipal, a fim de nortear e regulamentar as decisões propostas, bem

como dar continuidade ao efetivo desenvolvimento participativo das atividades ecoturísticas.

Já sobre os empresários, o terceiro tema apontado como maior problema, foram ressaltados a falta de parcerias e as criações e encerramentos de várias entidades associativas ligadas ao setor turístico do município, desde a década de 1990.

Como ponto chave das questões relativas às atividades de ecoturismo (atrativos, poder público e empresários), a falta de percepção quanto à inter-relação dos problemas causa o enfrentamento e desgaste entre atores sociais locais, o que vem gerando entraves para a resolução dos impasses. O grande exemplo é o fato dos temas serem relativos a um mesmo prisma: o ordenamento das atividades ecoturísticas. A indicação da implantação do sistema de *voucher*, para isso, foi citada por vários dos atores sociais entrevistados, como alternativa a ser implementada, com vistas à resolução do problema.

Esse apontamento demonstrou superficialidade na percepção geral dos empases. Pois, verificou-se que, no município, tem sido praticada a cobrança para acesso aos atuais atrativos disponibilizados para visitação, contudo, os atores não mencionaram que estes se encontram em propriedades particulares de terceiros, os quais não são responsáveis pelas cobranças ou sequer são financeiramente beneficiados.

Outro ponto chave constatado foi a percepção e entendimento dos atores sociais (68%) quanto à divulgação e disponibilização de diversificados ambientes naturais e culturais do município como atrativos para visitação simplesmente turística, não havendo nenhuma importância em relação ao seu potencial para se tornar um polo ecoturístico. Esta falta de compreensão tem levado à perda da singularidade local, à degradação dos ambientes naturais e à gestão equivocada de seus atrativos.

3.4 Reuniões para validação dos resultados

Foram realizadas duas reuniões públicas para apresentação dos resultados obtidos na pesquisa. A primeira aconteceu no dia 25 de maio de 2017, com convite direcionado aos participantes da pesquisa, assim como ampla divulgação no município. Nesta, compareceram 23 pessoas, das quais apenas cinco eram atores sociais chave entrevistados no estudo. Os demais participantes se identificaram como: moradores locais (5), empresários (4), guias de turismo (3), representantes do poder público (4) e representantes de organizações associativas (2). Uma segunda amostragem dos resultados da pesquisa ocorreu durante a II Conferência Municipal de Turismo de Carrancas, realizada nos dias 6 e 7 de outubro de 2017, com ampla divulgação na cidade, contudo, o evento desenvolveu-se mediante demanda espontânea para participação. Este segundo encontro contou com a participação de 49 pessoas.

Em ambos os momentos, os participantes se envolveram e externaram suas opiniões e posicionamentos acerca dos resultados apresentados, concordando com as informações captadas pela pesquisa e sua sistematização. Nestes dois encontros, houveram 72 participantes, os quais indicaram em qual momento do ciclo de vida do turismo acreditam que Carrancas se encontra (Quadro 3). Houve predominância de indicações para a fase de crescimento.

Quadro 3 - Indicação dos participantes das reuniões de validação dos resultados desta pesquisa, sobre em que momento do ciclo de vida do turismo consideravam que Carrancas, Minas Gerais, se encontraria.

Fase de vida do turismo	Indicações (%)
Nascimento	16,5
Crescimento	62,5
Maturidade	4,5

Saturação	1
Renovação	4,5
Prolongamento	0
Declínio	11

Fonte: Elaborado pelo autor (2018), com base no Ciclo de Vida do Turismo, segundo Butler, (1980).

4 DISCUSSÃO

Para vários autores, as informações disponibilizadas na internet acerca dos destinos turísticos e seus atrativos são um facilitador para se alcançar vantagens competitivas, além de compor suporte crucial na tomada de decisões comerciais, operacionais e estratégicas (AL-DMOUR et al., 2017). Em nossa pesquisa, porém, percebe-se que a simples divulgação *online* pode representar uma descaracterização de atividades e princípios ecoturísticos, pois o primeiro momento da possível visitaçao, que se dá na busca de informações sobre o destino, ocorre de maneira participativa, por meio do compartilhamento das experiências de visitantes via internet. Porém, não é inclusivo e igualitário, haja vista que a comunidade local não está envolvida ou participando do fenômeno turístico, o que gera um custo de oportunidade turística em relação aos recursos culturais e a uma atenção exacerbada na direção de belezas cênicas pontuais.

Observam-se, como exemplo, os sites profissionais que implicam em comercialização de espaços para inserção de propagandas e que exclui produtos e serviços oferecidos pela parcela da comunidade menos favorecida economicamente. Produtos artesanais e comércios de pequeno porte, de forte identidade local, conhecidos e valorizados regionalmente, não são divulgados aos potenciais visitantes em suas pesquisas na internet. Tal situação ignora

atrativos culturais de alta singularidade e, neste cenário, o poder público, se posicionado acima dos interesses puramente mercadológicos, pode intervir na busca de equilíbrio entre os atores sociais.

Não só o poder público, mas também empresários e comunidade devem se unir e traçar estratégias para minimizar impactos negativos. Além disso, autores como Ballantyne; Packer e Falk (2011) nos alertam para a potencialização dos pontos positivos das atividades ecoturísticas nas comunicações e divulgações das mesmas, com a finalidade de demonstrar as singularidades locais, aumentar a empatia dos visitantes e da população em relação aos ambientes e expressões culturais, levando-os a refletir acerca da perda de identidade local e suas implicações.

Conhecer os gostos, as preferências e os hábitos dos visitantes leva a um planejamento técnico do investimento público e privado adequado para cada território (MONCHÓN, 2008; REALPE; BENÍTEZ BASTÍAS, 2015). Como exemplo, constata-se que muitas pesquisas do perfil de visitantes são focadas em informações como origem, faixa etária, gênero, classe social, renda e motivações da viagem, portanto, se limitam apenas aos estudos simplistas e com informações genéricas sem maiores detalhamentos.

A pesquisa de perfil do visitante de Carrancas, conduzida pela Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais no ano de 2012, revela que 55,6% dos entrevistados descreveram como motivação para a viagem, o lazer ou passeio, seguido por visita a amigos e parentes, 28,7% de um público amostral de 108 entrevistados. Porém, observando somente este aspecto em específico, no presente estudo, as maiores motivações foram a busca de contato com a natureza e o descanso ou desestresse. Portanto, é essencial conhecer os fatores que levam turistas até a região e o comportamento dos visitantes ao longo dos anos, a fim de se concentrar no desenvolvimento de produtos e serviços que atendam às suas

demandas (LÓPEZ; GARCÍA; RODRÍGUEZ, 2015), sem que se comprometa a singularidade local.

Já as percepções sobre os usos dos recursos naturais nas atividades de ecoturismo, são fundamentais para promover uma atitude ambiental saudável entre os visitantes, o que acontece por meio de práticas de interpretação (CHEN, 2011) e da experiência recreativa (LEE; JAN, 2015a, 2015b, LEE; MOSCARDO, 2005), quando os visitantes têm a possibilidade de vivenciar e apreciar os ambientes naturais, modificando suas atitudes em relação ao meio ambiente. No presente estudo, percebe-se que, para os turistas, a taxa de acesso às cachoeiras foi considerada como monitoramento, evidenciando a falta de conhecimento a respeito do que vem a ser monitoramento em ecoturismo.

No campo da visitação a áreas naturais, ainda se desenvolvem estudos de monitoramento do meio físico pela mensuração de capacidade de suporte, focado na preocupação com os impactos no meio natural, advindos do número excessivo de visitantes em áreas de uso recreativo (SEABRA, 2008). Contudo, existem mecanismos mais eficientes que a capacidade suporte para o monitoramento de práticas ecoturísticas, mas ainda hoje nota-se a falta de conhecimento e ofuscamento de matrizes de monitoramento baseadas em indicadores (SILVA; HOLANDA, 2010).

De acordo com Souza (2007, p.38), uma das contribuições possíveis de uma rede de monitoramento baseada em indicadores é a produção de “informações confiáveis sobre o estado e a evolução dos fatores ambientais, bem como de seus graus de resiliência (ecológica e cultural), frente a possíveis alterações de seus componentes”. Para a realização das atividades de ecoturismo é preciso implementar planos de gestão com vistas a garantir o profissionalismo, o treinamento, a melhoria profissional da organização dos atrativos para os operadores e a adequada regulamentação dos fluxos turísticos (BAZAZO et al., 2017).

Para Blamey (2001), o ecoturismo inclui três critérios fundamentais. Primeiro, as atrações são os recursos naturais e culturais, como constatado em nosso estudo e corroborado por outros autores, os quais afirmam que os destinos de ecoturismo devem ressaltar as características de seus ecossistemas, podendo incluir a observação da fauna e flora ou vivências em áreas e atividades específicas (CHIU; LEE; CHEN 2014; LEE, 2009; LEE, 2007). Em segundo lugar, a experiência e a gestão de produtos devem respeitar os aspectos econômicos, socioculturais e ambientais, ou seja, contemplar a sustentabilidade. E por último, e não menos importante, a interação dos visitantes com os recursos naturais e a cultura local são a base da aprendizagem ou educação. Weaver e Lawton (2007) sugeriram que a interpretação pode promover a aprendizagem dos visitantes e afetar o comportamento dos mesmos. E assim, o ecoturismo encorajaria os visitantes a praticar comportamentos de aprendizagem ambiental, sociocultural e econômicos benéficos. Como consequência, por meio do aprendizado, os visitantes tendem a promover o respeito com os ambientes e as culturas locais, reduzindo o impacto da viagem (BALLANTYNE; PACKER; FALK, 2011).

No presente estudo, entende-se que a investigação quanto à percepção dos visitantes traz informações que subsidiam práticas efetivas para conservação. Como apresentado por Arabatzis e Grigoroudis (2010), em trabalho com visitantes do Parque Nacional Dadia-Leftkimi-Souflion, na Grécia, em termos de agrado com o local, foi constatado que o nível de satisfação dos visitantes estava ligado ao estado de conservação da área, o que pôde ser usado para melhorar o gerenciamento e aumentar a eficiência da preservação da natureza.

É possível inferir, portanto, que o forte envolvimento do poder público de Carrancas será essencial para implementar o turismo sustentável, por meio do cultivo de processos democráticos, transparentes e orientados na direção do

efetivo progresso (BRAMWELL; LANE, 2011). Nos destinos onde o poder público tem um papel central na formação de associações e parcerias, as percepções sobre seus encargos são consideradas relevantes (PANSIRI, 2013) e este é visto como um dos atores mais importantes no processo de desenvolvimento do ecoturismo, agindo como facilitador nas relações entre outras partes interessadas, como setores privados, membros da comunidade local e organizações não governamentais (EAGLES et al., 2013; LIU, 2003; WEAVER, 2006), o que exige, incorporação das opiniões e avaliação das contribuições dessas outras partes (DWYER, 2015; GRACI, 2013).

Baranyet al. (2001), na Nicarágua e Snyman (2016) na África do Sul, demonstraram que os setores privados desempenham papéis essenciais no desenvolvimento do ecoturismo, complementando o sistema público na criação de emprego e capacitação da comunidade. Os empresários do *trade* são rotulados como partes interessadas principais e mantêm ligação direta com o setor de ecoturismo, assim, são conhecidos por identificar oportunidades rapidamente, impulsionar iniciativas de desenvolvimento de novos produtos e conceber estratégias eficazes em prol de benefícios (SIMPSON, 2008).

Outra questão apresentada por autores é a evidência de que as comunidades locais são mais proativas em cumprir e comprometer-se em longo prazo com estratégias de conservação, quando seus conhecimentos e opiniões são incorporados nos processos de tomada de decisão (FU et al., 2004; GELCICH; EDWARD-JONES; KAISER, 2005; MASCIA, 2003; PRETTY; SMITH, 2004). Por outro lado, outros sugerem que a aplicação da lei é a chave do sucesso da conservação em áreas naturais (BRUNER et al., 2001, LOCKE; DEARDEN, 2005). Acredita-se, neste estudo, que o essencial seja contemplar ambas as proposições, para a construção de um processo participativo efetivo e de empoderamento.

No que tange à problemática da falta de envolvimento da comunidade local de Carrancas nas atividades de ecoturismo, constata-se que a participação da comunidade deve estar no centro do planejamento e gestão dos destinos (COOPER; HALL, 2016). Como resultado, tal ação irá garantir uma participação local efetiva e benéfica, não só para residentes nas áreas de desenvolvimento desta modalidade turística, mas também para o sucesso do ecoturismo em si.

Um estudo de Bott, Grabowski e Wearing (2011), em Papua Nova Guiné, deixou evidente que os autóctones possuem altos níveis de poder, legitimidade e proximidade, e seu envolvimento foi determinante para o sucesso de projetos ligados ao patrimônio. Os autores supracitados explicam ainda que, embora em muitos casos as comunidades estudadas pareçam menos educadas, seu envolvimento é crítico e capaz de influenciar o progresso de qualquer proposta e até de vetar ações indesejadas. No contexto da África subsaariana - parte do continente africano situada ao sul do Deserto do Saara, Lepp (2002) também acentua que, se o ecoturismo pretende cumprir suas promessas, a participação das comunidades locais e sua capacitação são cruciais. E, como um dos pilares fundamentais do ecoturismo, o envolvimento da comunidade deve ser um fenômeno indispensável em todos os projetos de ecoturismo (COLE, 2006; LAI; NEPAL, 2006; SOUTHGATE, 2006; STONE; STONE, 2011; TIMOTHY, 1999). No entanto, na prática, a atuação comunitária é uma agenda minimizada, apesar de ser perpetuamente defendida no discurso do desenvolvimento sustentável do turismo (BELLO; LOVELOCK; CARR, 2016; KHANAL; BABAR, 2007; LI, 2006; PASAPE; ANDERSON; LINDI, 2013; TOSUN, 2000; YITBAREK et al, 2013).

Também defendido como crucial, estudos demonstram a relevância de organizações associativas, as quais desempenham papéis decisivos nos países em desenvolvimento, que fornecem apoio financeiro e técnico na elaboração de

planos de desenvolvimento integrados que agreguem o turismo, a conservação e o desenvolvimento econômico local, bem como abordem a conscientização sobre questões de conservação do meio ambiente, o lobby nos poderes públicos e a assistência à comunidade local, com projetos e o fortalecimento da capacidade da comunidade (SIMPSON, 2008; SPENCELEY, 2008; TELFER; SHARPLEY, 2008). Stone (2015) afirma que as ONGs de Botswana, na África, têm facilitado a colaboração das partes interessadas no ecoturismo através da mobilização e capacitação de comunidades locais e apoio financeiro. Um estudo realizado na China por Zhuang, Lassoie e Wolf (2011) examinou o papel das organizações não governamentais no desenvolvimento do ecoturismo, cuja conclusão apontou as ONGs como realizadoras de funções únicas de coordenação em todos os setores institucionais, capazes de mobilizar recursos para aplicação em conservação e desenvolvimento.

Ambientes para discussões, organizados e abertos a toda comunidade, com foco na orientação sobre o que realmente é ecoturismo, suas premissas e aporte na resolução de questões específicas, precisam ser fomentados continuamente, pois como verificado no presente estudo, estes possibilitaram o envolvimento e a manifestação de opiniões e posicionamentos. Minayo (2009) nos alerta que ambientes de discussões como estes podem ofertar diversas possibilidades que extrapolam a simples coleta de dados, constituindo-se em verdadeiros dispositivos de intervenção, pois viabilizam debates e elaboração de estratégias coletivas para solucionar problemas e transformar realidades, pautando-se na aprendizagem e na troca de experiências sobre as questões debatidas. Grando e Dall'Agnol (2010) consideram ainda que a técnica contribui para o crescimento emocional dos participantes, especialmente no que se refere às capacidades de argumentação, teorização, criação e produção em equipe.

Estudos de caso em todo o mundo demonstram projetos de ecoturismo bem-sucedidos, devido aos compromissos significativos firmados entre as partes

interessadas (BARNES, 2008; CAMPBELL, 1999; HONEY, 2008; STEM et al, 2003; SVORONOU; HOLDEN, 2005). Por outro lado, é sabido também que faltam projetos de ecoturismo, por causa do fraco envolvimento dos interessados, ausência de planos de ecoturismo bem integrados e arranjos institucionais fracos (RUDOVSKY, 2015; SHEPHERD, 2002; SOUTHGATE, 2006; STONE; STONE, 2011).

Como verificado no presente estudo acerca e já propalado por diversos autores, a presença de diversos atores com interesses competitivos representam um grande desafio para os compromissos efetivos das partes interessadas no ecoturismo (JAMAL; GETZ, 1995; GETZ; JAMAL, 1994; GRACI, 2013; PARKER, 1999; ZAPATA; SALÃO, 2012). Contudo, a criação de uma plataforma em que as partes interessadas harmonizem diversos interesses e participem de forma equitativa no desenvolvimento de projetos, tem uma importância vital para aumentar o compromisso com a causa, união e o envolvimento efetivo, a fim de promover ações permanentes, com confiança, ética e respeito (BRAMWELL; LANE, 2000; GRAY, 1989; JAMAL; STRONZA, 2009; TIMUR; GETZ, 2008; YODSUWAN; BUTCHER, 2012).

A característica ecoturística de atrair visitantes para o ambiente desejado se concretiza pela presença de consciência das partes para o bom planejamento, atendimento, promoção e *marketing* deste destino, o que faz com que todos os responsáveis estejam cientes dos resultados de qualquer atividade que possa ser feita nas áreas turísticas (SU; WALL; MA, 2014).

5 CONCLUSÃO

Conclui-se que as áreas naturais com prática de visitação turística em Carrancas, hoje, ainda não se enquadram como práticas ecoturísticas, pois a existência de variados interesses que não se comunicam e diversas forças do

trade turístico local contribuem para a vaga compreensão sobre o que é o ecoturismo, seus benefícios e as formas de planejá-lo, o que impede seu estabelecimento de fato.

REFERÊNCIAS

- AL-DMOUR, C. R.; HAMMDAN, F.; AL-DMOUR, H.; ALROWWAD, A.; KHWALDEH, S. M. The Effect of Lifestyle on Online Purchasing Decision for Electronic Services: The Jordanian Flying E-Ticket, **Asian Social Science**; v. 13, n. 11, 2017.
- ALENCAR, E. **Pesquisa em turismo**. Lavras, MG. Editora UFLA, 2007. 166 p.
- ALVARES, C. A.; STAPE, J. L.; SENTELHAS, P. C.; GONÇALVES, J. L. M.; SPAROVEK, G. Köppen's climate classification map for Brazil. **Meteorologische Zeitschrift**, v. 22, n. 6, p. 711–728, 2013.
- ARABATZIS, G.; GRIGOROUDIS, E. Visitors' satisfaction, perception and gap analysis: The case study of Dadia-Lefkimi Souflion National Park. **Forest Policy and Economics**, v. 12, p.163-172, 2010.
- BALLANTYNE, R.; PACKER, J.; FALK, J. Visitors Learning for Environmental Sustainability: Testing Short- and Long-Term Impacts of Wildlife Tourism Experiences. **Tourism Management**, v. 32, n.6, p. 43–52, 2011.
- BARANY, M. E.; HAMMETT, A. L.; SHILLINGTON, L. J.; MURPHY, B. R. The role of private wild life reserves in nicaragua's emerging ecotourism industry. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 9, n. 2, p. 95–110, 2001.
- BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Snowball (Bola de Neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. **Anais**. In: Congresso Nacional de Educação, n. 10, Curitiba, Educere, 2011.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010. 281 p.
- BARNES, F. I. Community-based tourism and natural resource management in Namibia: Local and national economic impacts. In: Spenceley, A. (Ed.), **Responsible tourism critical issues for conservation and development**, London: Earths can Publishing PLC. p. 343–360, 2008.
- BAZAZO, I.; NASSEEF, M. A.; AL-ZAWAIDEH, A.; AL-ZAWAIDEH, A.; AL-DHOMAIDAT, M. The Impact of the Attitudes towards Ecotourism Benefits on Destination Loyalty. **Journal of Management and Strategy**, v. 8, n. 3, Special issue, 2017.

BELLO, F. G.; LOVELOCK, B.; CARR, N. Constraints of community participation in protected area-based tourism planning: The case of Malawi. **Journal of Ecotourism**, v. 1, n.21, 2016.

BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball sampling: problems and techniques of chain referral sampling. **Sociological Methods & Research**, v. 10, n. 2, p. 141-163, 1981.

BLAMEY, R. K. Principles of Ecotourism. In: **Encyclopedia of Ecotourism**, edited by D. Weaver, Wallingford, UK: CAB International, p. 5–22, 2001.

BOTT, A. L.; GRABOWSKI, S.; WEARING, S. Stakeholder collaboration in a prospective World Heritage area: The case of Kokoda and the Owen Stanley ranges. **Cosmopolitan Civil Societies Journal**, n.3, v.2, p. 35–54, 2011.

BRAMWELL, B. Governance, the state and sustainable tourism: A political economy approach. **Journal of sustainable tourism**, v.19, n.4, p. 459–477. 2011.

BRAMWELL, B.; LANE, B. Collaboration and partnerships in tourism planning. In B. Bramwell & B. Lane (Eds.), **Tourism collaboration and partnerships: Politics, practice and sustainability**, p. 1–19, 2000.

BRUNER, A. G.; GULLISON, R. E.; RICE, R. E.; FONSECA, G. A. B. Effectiveness of parks in protecting tropical biodiversity. **Science**, n. 291, p.125–128, 2001.

BUTLER, R. W. The concept of a tourist area cycle of evolution: Implications for management of resources. **Canadian Geographer**, v.24, n.1, p. 5–12, 1980.

CAMACHO-RUIZ, E.; CARRILLO-REYES, A.; RIOJA-PARADELA, T. M.; ESPINOZA-MEDINILLA, E. E. Sustainability Indicators for Ecotourism in México: Current State. **Liminar**, v. 14, n. 1, p. 156-168, 2016.

CAMPBELL, L. M. Ecotourism in rural developing communities. **Annals of Tourism Research**, v.26, n.3, p. 534–553, 1999.

CARDOSO, A. S. F. Análise do processo grupal de uma equipe de enfermagem. Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Dissertação**. Porto Alegre, 2009.

CHAMBERS, R. Development administration group. **Annual Report 1992/93**, Brimingham, 1993.

CHEN, C. L. From Catching to Watching: Moving towards Quality Assurance of Whale/Dolphin Watching Tourism in Taiwan. **Marine Policy**, v. 35, p.10-17, 2011.

CHIU, Y. T. H.; LEE, W. I.; CHEN, T. H. Environmentally Responsible Behavior in Ecotourism: Antecedents and Implications. **Tourism Management**, v. 40, n.3, p.21–29, 2014.

COLE, S. Information and empowerment: The keys to achieving sustainable tourism. **Journal of Sustainable Tourism**, v.14, n.6, p. 629–644, 2006.

COOPER, C.; HALL, C. M. **Contemporary tourism: An international approach**. Burlington, VT: Goodfellow, 3rd edition, 2016.

DWYER, L. Triple bottom line reporting as a basis for sustainable tourism: Opportunities and challenges. **Acta Turistica**, v. 27, n.1, p. 33-62, 2015.

EAGLES, P. F.; ROMAGOSA, F.; BUTEAU-DUITSCHAEVER, W. C.; HAVITZ, M.; GLOVER, T. D.; MCCUTCHEON, B. Good governance in protected areas: An evaluation of stakeholders' perceptions in British Columbia and Ontario Provincial Parks. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 21, n.1, p. 60-79, 2013.

FU, B.; WANG, K.; LU, Y.; LIU, S.; MA, K.; CHEN, L. Entangling the Complexity of Protected Area Management: The Case of Wolong Biosphere Reserve, Southwestern China. **Environmental Management**, v. 33, n.6, p.788-798, 2004.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Econômicos e Sociais. **Plano diretor participativo do município de Carrancas/MG**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2015.

GELCICH, S.; EDWARD-JONES, G.; KAISER, M. Importance of attitudinal differences among artisanal fishers toward co-management and conservation of marine resources. **Conservation Biology**, v. 19, n.3, p. 865–875, 2005.

GETZ, D.; JAMAL, T. B. The environment-community symbiosis: A case for collaborative tourism planning. **Journal of Sustainable Tourism**, v.2, n.3, p.152–173, 1994.

GRANDO, M. K.; DALL'AGNOL, C. M. Desafios do processo grupal em reuniões de equipe da Estratégia Saúde da Família. **Esc. Anna Nery**. Rio de Janeiro, v.14, n.3, 2010.

GRACI, S. Collaboration and partnership development for sustainable tourism. **Tourism Geographies**, v.15, n.1, p. 25–42, 2013.

GRAY, B. **Collaborating**: Finding common ground for multi party problems. San Fransisco, CA: Jossey-Bass, 1989.

HONEY, M. Ecotourism and sustainable development who owns paradise? **Island Press**. Washington DC, 2008.

IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2015**. 2017. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2015/estimativa_2015_TCU_20160211.pdf>. Acessado em: 07/12/2017.

JAMAL, T.; STRONZA, A. Collaboration theory and tourism practice in protected areas: Stakeholders, structuring and sustainability. **Journal of Sustainable Tourism**, v.17, n.2, p.169-189, 2009.

JAMAL, T. B.; GETZ, D. Collaboration theory and community tourism planning. **Annals of Tourism Research**, v.22, n.1, p.186-204, 1995.

JOLLIFFE, I. T.; CADIMA, J. Principal component analysis: a review and recent developments. **Philosophical Transactions of the Royal Society: A Mathematical Physical and Engineering Sciences**, v. 374, n. 2065, p. 1-16, 2016.

KHANAL, B. R.; BABAR, J. T. Community based ecotourism for sustainable tourism development in the Mekong region. **Policy Brief**. Hanoi, Vietnam: Hanoi Resource Center, 2007.

LAI, P. H.; NEPAL, S. K. Local perspectives of ecotourism development in Tawushan Nature Reserve, Taiwan. **Tourism Management**, v.27, n.6, p.1117-1129, 2006.

LEE, T. H.; JAN, F. H. The Effects of Recreation Experience, Environmental Attitude, and Biospheric Value on Environmentally Responsible Behavior of Nature-Based Tourists. **Environmental Management** 56 (1): 193–208. 2015a.

LEE, T. H.; JAN, F. H. The Influence of Recreation Experience and Environmental Attitude on the Environmentally Responsible Behavior of Community-Based Tourists in Taiwan. **Journal of Sustainable Tourism**, v.23 n.7, p.1063–1094, 2015 b.

LEE, T. H. A Structural Model to Examine How Destination Image, Attitude, and Motivation Affect the Future Behavior of Tourists. **Leisure Sciences**, n. 3: p.215–236, 2009.

LEE, T. H. Ecotourism Behavioral Model of National Forest Recreation Areas in Taiwan. **International Forestry Review**, v.9, n.3, p. 771–785, 2007.

LEE, W. H.; MOSCARDO, G. Understanding the Impact of Ecotourism Resort Experiences on Tourists' Environmental Attitudes and Behavioural Intentions. **Journal of Sustainable Tourism**, v.13, p.6, p. 546–565, 2005.

LEPP, A. Globalization, ecotourism and the promise of development in Sub-Saharan Africa. **Tourism Recreation Research**, v.27 n. 1, p.61–68, 2002.

LI, W. Community decision-making participation in development. **Annals of Tourism Research**, v.33, n.1, p. 132–143, 2006.

LIU, Z. Sustainable tourism development: A critique. **Journal of Sustainable Tourism**, v.11, n.6, p.459–475, 2003.

LOCKE, H.; DEARDEN, P. Rethinking protected area categories and the new paradigm. **Environmental Conservation**. V. 32, n.1, p.1-10, 2005.

LOMBARDI, V. T.; SANTOS, K. K.; D'ANGELO NETO, S.; MAZZONI, L. G.; RENNÓ, B.; FAETTI, R. G.; EPIFÂNIO, A. D.; MIGUEL, M. Registros notáveis de aves para o Sul do Estado de Minas Gerais, Brasil. **Cotinga**, v. 34 p. 32–45, 2012.

LÓPEZ-GUZMÁN, T.; GARCÍA, J. R.; RODRÍGUEZ, Á. V. Análisis diferenciado del perfil y de la motivación del turista nacional y extranjero en la ruta del vino del Marco de Jerez. Gran tour. **Revista de investigación esturísticas**, v.6, p. 83-100, 2015.

MASCIA, M. B. The human dimension of coral reef marine protected areas: recent social science research and its policy implication. **Conservation Biology**, v.17, n.2, p. 630–632, 2003.

MELO, A. P. G. Ecoturismo e desenvolvimento sustentável: um estudo de caso no município de Carrancas MG. **Monografia**. Lavras: UFLA, 2002. 55p.

MINAYO, M. C. S. Construção de avaliadores qualitativos para avaliação de mudanças. **Revista Brasileira de Educação e Medicina**, p. 83-91, 2009.

MMA/SCA/PROECOTUR. **Ecoturismo: visitar para conservar e desenvolver a Amazônia**. Elaborado por: Luiz Fernando Ferreira; Maria do Carmo Barêa Coutinho. Brasília. 2002. 52p.

MOCHÓN, F. **Economía y turismo**. Madrid: Mcgraw-Hill, 2008.

OKSANEN, J.; BLANCHET, F. J.; FRIENDLY, M.; KINDT, R.; LEGENDRE, P.; MCGLINN, D.; MINCHIN, P. R.; O'HARA, R. B.; SIMPSON, G. L.; SOLYMOS, P.; STEVENS, M. H. H.; SZOECS, E.; WAGNER, H. **Vegan: community ecology package**. R package version 2.4-2, 2017. Disponível em: <<https://cran.r-project.org/package=vegan>>. Acessado em: 13/02/2018.

PANSIRI, J. Collaboration and partnership in tourism: The experience of Botswana. **Tourism Planning & Development**, v.10, n.1, p. 64-84, 2013.

PARKER, S. Collaboration on tourism policy making: Environmental and commercial sustainability on Bonaire, NA. **Journal of Sustainable Tourism**, v.7, n.3, p. 240-259, 1999.

PASAPE, L.; ANDERSON, W.; LINDI, G. Towards sustainable ecotourism through stakeholder collaborations in Tanzania. **Journal of Tourism Research and Hospitality**, v.2, n. 1, p.1-14, 2013.

PRETTY, J.; SMITH; D. Social capital in biodiversity conservation and management. **Conservation Biology**.v.18, n.3, p. 631-638, 2004.

R version 3.3.1. 2016. "Bug in Your Hair" Copyright (C). **The R Foundation for Statistical Computing** Platform: i386-w64-mingw32/i386 (32-bit). Disponível em: <http://wallace.teorekol.lu.se/statistics_for_biologists/01/R%20output%20ex1%20ht16.ppd>. Acesso em: 13 fev. 2018.

REALPE SANDOVAL, F. M.; BENÍTEZBASTÍAS, N. M. Perfil del turista que ocupa la planta hotelera de Otavalo, provincia de Imbabura, Ecuador. **Revista Interamericana de Ambiente y Turismo - RIAT**, v.11, n.2, p.105-135, 2015.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e Ambiente: reflexões e propostas**. Hucitec - 3ª ed. São Paulo/SP. 2002.

RUDOVSKY, J. F. **The Ecotourism industry is saving Tanzania's animals and threatening its indigenous people**. Disponível em: <<http://www.vice.com/read/casualties-of-conservation-0000649-v22n5>. 2015>. Acesso em: 15 jan. 2018.

SEABRA, L.. Estudos de capacidade de suporte turístico e monitoramento comunitário para o meio físico. In: COSTA, N. M. C.; NEIMAN, Z.; COSTA, V. C. **Pelas trilhas do ecoturismo**. São Carlos: RiMa, 2008. p.135-146.

SETUR. Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. **Circuitos Turísticos e suas regiões**. 2015. Disponível em: <<http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/informacoes-administrativas>> Acesso em: 07 fev. 2016.

SHEPHERD, N. How ecotourism can go wrong: The cases of Sea Canoe and Siam Safari, Thailand. **Current Issues in Tourism**, v.5, n.4, p. 309-318, 2002.

SILVA, C. E. ; HOLANDA, F. S. R.. Indicadores de sustentabilidade para avaliação de agroecossistemas extrativistas: o caso da Aroeira (*Schinus terebinthifolius* RADDI) no Baixo São Francisco, Brasil. **Scientia Agraria Paranaensis**, v.9, p.15-36, 2010.

SIMPSON, M. C. Community benefit tourism initiatives – a conceptual oxymoron? **Tourism Management**, v. 29, n.1, p. 1–18, 2008.

SNYMAN, S. The role of private sector ecotourism in local socio-economic development in southern Africa. **Journal of Ecotourism**, p.1-22, 2016.

SOUTHGATE, R. J. Ecotourism in Kenya: The vulnerability of communities. **Journal of Ecotourism**, v.5, n.1-2, p. 80–96, 2006.

SOUZA, R. M.. **Redes de monitoramento socioambiental e tramas da sustentabilidade**. São Paulo: Annablume; Geoplan, 2007.

SPENCELEY, A. Introduction: Responsible tourism in Southern Africa. In: SPENCELEY, A. (Ed.), *Responsible tourism critical issues for conservation and development*. London: **Earthscan**, p. 1–26, 2008.

STEM, C. J.; LASSOIE, J. P.; LEE, D. R., DESHLER, D. D.; SCHELHAS, J. W. (2003). Community participation in ecotourism benefits: The link to

conservation practices and perspectives. **Society & Natural Resources**, v.16, n.5, p. 387-413.

STONE, M. T. Community-based ecotourism: A collaborative partnerships perspective. **Journal of Ecotourism**, p.1–19, 2015.

STONE, L. S.; STONE, T. M. Community-based tourism enterprises: Challenges and prospects for community participation; Khama Rhino Sanctuary Trust, Botswana. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 19, n.1, p. 97–114, 2011.

SU, M.; WALL, G.; MA, Z. Assessing Ecotourism from a Multi Stakeholder Perspective: Xingkai Lake National Nature Reserve, China. **Environmental Management**, p.1190-1207, 2014.

SVORONOU, E.; HOLDEN, A. Ecotourism as a tool for nature conservation: The role of WWF Greece in the Dadia-Lefkimi-Soufli forest reserve in Greece. **Journal of Sustainable Tourism**, v.13, n.5, p.456–467, 2005.

TELFER, D. J.; SHARPLEY, R. **Tourism and development in the developing world**. London: Routledge. 2008.

TIES. The International Ecotourism Society. **TIES Announces Ecotourism Principles Revision**. 2015. Disponível em: <<https://www.ecotourism.org/what-is-ecotourism>>. Acesso em: 07 fev.03 2016.

TIMOTHY, D. J. Participatory planning: A view of tourism in Indonesia. **Annals of Tourism Research**, v. 26, n.2, p. 371–391, 1999.

TIMUR, S.; GETZ, D. A network perspective on managing stakeholders for sustainable urban tourism. **International Journal of Contemporary Hospitality Management**, v. 20 n.4, p. 445–461, 2008.

TOSUN, C. Limits to community participation in the tourism development process in developing countries. **Tourism Management**, v. 21, n.6, p. 613–633. 2000.

VASCONCELOS, M. F. O que são campos rupestres e campos de altitude nos topos de montanha do leste do Brasil? **Revista Brasileira de Botânica**, v.34, n. 2, p.241-246, Belo Horizonte, 2011.

WEAVER, D. B.; LAWTON, L. Progress in Tourism Management Twenty Years on: The State of Contemporary Ecotourism Research. **Tourism Management**, v. 28, p.1168–1179, 2007.

WEAVER, D. **Sustainable tourism**. Amsterdam: Elsevier. 2006.

WIGHT, P.A. Supporting the principles of sustainable development in tourism and ecotourism: government's potential role. **Current Issues in Tourism**, v. 5, n.3-4, p.222-244, 2002.

YITBAREK, T. W.; TADIE, D.; TIMER, G.; FISCHER, A. Evaluating governance processes in the sharing of revenues from wildlife tourism and hunting in Ethiopia. **Environmental Conservation**, v.40, n.3, p.253–265, 2013.

YODSUWAN, C.; BUTCHER, K. Determinants of tourism collaboration member satisfaction in Thailand. **Asia Pacific Journal of Tourism Research**, v. 17, n.1, p. 63–80, 2012.

ZAPATA, M. J.; HALL, C. M. Public–private collaboration in the tourism sector: Balancing legitimacy and effectiveness in local tourism partnerships. The Spanish case. **Journal of Policy Research in Tourism, Leisure and Events**, v.4, n.1, p. 61–83, 2012.

ZHUANG, H.; LASSOIE, J. P.; WOLF, S. A. Ecotourism development in China: Prospects for expanded roles for non-governmental organizations. **Journal of Ecotourism**, v.10, n.1, p. 46–63, 2011.

Apêndice A - Pontos convergentes e divergentes nos dois municípios pesquisados

O presente trabalho foi desenvolvido com o objetivo de compreender as diferenças entre o envolvimento, a participação social e as percepções relacionadas às práticas ecoturísticas, por meio de análise em municípios com diferentes níveis de desenvolvimento da atividade.

Em ambos os locais, notou-se que políticas públicas devem ser elaboradas e implementadas com foco em aproximar a população das atividades, com vistas a promover o respeito aos ambientes visitados e a inserção participativa, promovendo assim, o protagonismo e o empoderamento da comunidade local, bem como o envolvimento do poder público, empresários e comunidade na criação de espaços públicos para discussões que favoreçam a compreensão do ecoturismo, suas premissas e a resolução de questões problema.

Constatou-se, como necessária para ordenamento das atividades ecoturísticas em Luminárias, a promoção de iniciativas que visem estimular o envolvimento e a participação dos atores comunitários e associativos, a exemplo, o Conselho de Turismo e o planejamento turístico participativo. Em Carrancas, é preciso favorecer o ordenamento do crescimento da atividade, maximizando seus benefícios e minimizando seus prejuízos, por meio de análises periódicas sobre a organização, percepção e entendimento do significado do ecoturismo na vida cotidiana local. É necessário averiguar se as práticas trazem benefícios, melhor perspectiva de vida, se respeitam e conservam as áreas naturais e expressões culturais. Enfim, se realmente é positivo para todos, e não somente para algum setor específico da economia.

Considera-se como ponto chave para os dois municípios, a geração de discussões sobre a importância e os problemas enfrentados nas ações de conservação das áreas naturais junto à comunidade, aos empresários do *trade* turístico e ao poder público local, que potencializará apoios e fomentará

intervenções contra decisões apressadas do poder público, bem como a possível influência exclusivista de um espírito mercantilista local.

Assim, as atividades ecoturísticas, tanto em Luminárias quanto em Carrancas serão bem planejadas e monitoradas, passando da atual posição de ameaça aos recursos e culturas locais, para a de instrumento de conservação, com a participação de atores sociais que auxiliem em processos de sensibilização política e social, na a criação de leis e captação de investimentos, garantindo a promoção de espaços naturais e culturais conservados e com práticas mantenedoras dos imperativos éticos do ecoturismo, o que poderá contribuir para valorização material e simbólica da região e melhoria nos níveis de conscientização ambiental de moradores e visitantes.

Por meio dos resultados do estudo em Luminárias, observou-se a importância das pesquisas de percepção e envolvimento focados em um público amostral com formação de identidade local (jovens), dado que foram evidenciados o distanciamento destes com seus ambientes naturais, disponibilizados para o lazer local e, concomitantemente, áreas que possuem potência para o ecoturismo.

O ponto de maior convergência dos dois municípios foi a divulgação dos ambientes naturais *de per si*, a qual não representa uma estratégia eficiente no planejamento ecoturístico para o envolvimento da comunidade e promoção de atratividade.

A comunidade, os empresários do *trade* turístico e o poder público local em Luminárias e Carrancas necessitam considerar e incorporar a visão do ecoturismo como prática que une conservação, comunidade e viagens sustentáveis. Isso significa que quem implementar, participar e comercializar atividades de ecoturismo, deve adotar seus princípios. Deste modo, é preciso ter ciência que no ecoturismo, as atrações devem ser predominantemente baseadas na natureza e na cultura local; as interações dos visitantes com as atrações

devem ser focadas na aprendizagem ou educação; e as vivências e a gestão dos atrativos devem ser associadas à sustentabilidade, em seus aspectos ambientais, socioculturais e econômicos.

O objetivo é a minimização de impactos físicos, sociais, comportamentais e psicológicos; conscientização e respeito ambiental e cultural; fornecimento de experiências positivas para visitantes e anfitriões, bem como gerenciamento de benefícios financeiros para fins de conservação; melhoria econômica para a população local e empresas privadas; concessão de experiências interpretativas memoráveis para os visitantes, a fim de aumentar sua sensibilidade quanto às questões políticas, ambientais e sociais locais; elaboração, construção e operacionalização de instalações de baixo impacto e; reconhecimento dos direitos e das crenças espirituais dos povos da comunidade, assim como o trabalho em parceria com os mesmos, para fins de capacitação.

Apêndice B - Questionário semiestruturado utilizado para verificar o nível de envolvimento e as percepções acerca de ambientes naturais com potencial ecoturístico em Luminárias, Minas Gerais, Brasil.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA FLORESTAL	
QUESTIONÁRIO “ENVOLVIMENTO E PERCEPÇÕES DOS AMBIENTES NATURAIS COM POTENCIAL ECOTURISTICOS DO MUNICÍPIO DE LUMINÁRIAS”	
1- GENERO Masculino ____ Feminino ____	
2- IDADE: ____	
3- Você mora na cidade ou na zona rural?	
FOTOS (Para cada foto, responder perguntas 4 a 8).	
4 - Você reconhece este local?	
(1) _____	(6) _____
(2) _____	(7) _____
(3) _____	(8) _____
(4) _____	(9) _____
(5) _____	(10) _____
5 - Qual o nome deste local?	
(1) _____	(6) _____
(2) _____	(7) _____
(3) _____	(8) _____
(4) _____	(9) _____
(5) _____	(10) _____
6 - Quantas vezes você já foi a este local?	
(1) _____	(6) _____
(2) _____	(7) _____
(3) _____	(8) _____
(4) _____	(9) _____
(5) _____	(10) _____

7 - Você considera que este local é um atrativo ecoturístico?

- | | |
|-----------|------------|
| (1) _____ | (6) _____ |
| (2) _____ | (7) _____ |
| (3) _____ | (8) _____ |
| (4) _____ | (9) _____ |
| (5) _____ | (10) _____ |

8 - Este local é bem conservado?

- | | |
|-----------|------------|
| (1) _____ | (6) _____ |
| (2) _____ | (7) _____ |
| (3) _____ | (8) _____ |
| (4) _____ | (9) _____ |
| (5) _____ | (10) _____ |

9 - Você conhece outro local interessante para visitação ecoturística?

10- Para você, o que é Ecoturismo?

11 - O que você acha da prática do ecoturismo em seu município?

Apêndice C - Locais cujas imagens foram selecionadas para estudo do nível de envolvimento e percepção de ambientes naturais de potencial ecoturístico em Luminárias, estado de Minas Gerais, Brasil.

<p>1 - Ribeirão da Ponte</p>  A photograph of a river flowing through a lush green landscape with trees and a small bridge in the background.	<p>6 - Cânion do Inferno</p>  A photograph of a narrow canyon with steep, rocky walls and a river at the bottom.
<p>2 - Portal de Pedra</p>  A photograph of a natural rock archway (portal) with a view of a river and trees through it.	<p>7 - Caverna da Serra Grande</p>  A photograph of a dark, cave-like opening in a rocky cliffside, surrounded by green vegetation.
<p>3 - Poço do Moinho</p>  A photograph of a rocky riverbank with a person swimming in the water.	<p>8 - Cachoeira da Pedra Furada</p>  A photograph of a waterfall cascading over rocks in a forested area.
<p>4 - Pico do Cruzeiro</p>  A photograph of a large, flat-topped mountain peak (pico) in a grassy field.	<p>9 - Cachoeira do Mandembe</p>  A photograph of a waterfall cascading over rocks in a forested area.
<p>5 - Cachoeira da Serra Grande</p>  A photograph of a waterfall cascading over rocks in a forested area.	<p>10 - Cachoeira da Nêga</p>  A photograph of a waterfall cascading over rocks in a forested area.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Apêndice D - Questionário semiestruturado utilizado para avaliar a percepção dos visitantes a respeito dos impactos nas áreas naturais locais e a criação de unidades de conservação no município

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS FLORESTAIS – DCF



NÚCLEO DE ESTUDOS EM MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - NEUC

Gênero: () Feminino () Masculino () Casal () Grupo _____ Idade: _____
() Morador local - Há quantos anos? _____ () Segunda moradia
() Turista - Quantas vezes visitou Carrancas: _____ Cidade: _____

1- O que te motiva a praticar atividades na natureza?

2- Você acha que o ecoturismo causa impactos nas áreas naturais de Carrancas? () Sim () Não
Quais?

3- Você encontrou lixo, em qual quantidade: () Sim () Não
() Pouco () Razoável () Muito

4- Você considera que há alteração na vegetação nativa? () Sim () Não
Em quais locais?

5- Você já viu animais durante suas atividades de ecoturismo em Carrancas? () Sim () Não
Quais?

6- Notou a existência de alguma espécie que parece não pertencer a fauna/flora local? () Sim () Não
Quais?

7- Como você considera a qualidade das trilhas?
() Muito ruim () Ruim () Média () Boa () Muito boa

8- Já viu algum controle ou monitoramento das atividades de ecoturismo em Carrancas?
() Sim () Não () Não sabe responder

9- Você conhece alguma Unidade de Conservação? () Sim () Não
Quais?

10- Você acha que o ecoturismo deve acontecer apenas em Unidades de Conservação? () Sim () Não

11- Quais áreas você considera que deveriam se tornar Unidades de Conservação em Carrancas?